

PREGÃO ELETRÔNICO

90003/2025

CONTRATANTE (UASG)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA - UFDPAr (156680)

OBJETO

Aquisição de equipamentos, ferramentas e insumos para atender às necessidades da Coordenadoria de Comunicação Institucional (CCI) e demais setores da Pró-Reitoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (PROTIC), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 640.960,57 (seiscentos e quarenta mil, novecentos e sessenta reais e cinquenta e sete centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 24/06/2025 às 08h30min (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por item

MODO DE DISPUTA:

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS
SIM



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
Coordenadoria de Licitação**

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2025

(Processo Administrativo nº **23855.003404/2023-53**)

Torna-se público que o(a) UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA - UFDPAR, por meio do(a) COORDENADORIA DE LICITAÇÃO DA PRAD/UFDPAR, sediado(a) Av. São Sebastião, 2819, Bairro de Fátima, Parnaíba-PI, CEP 64.202-020, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 24/06/2025

Horário: 08h30min (horário de Brasília-DF)

Local: Portal de Compras do Governo Federal <<https://www.gov.br/compras/pt-br>>

Critério de Julgamento: menor preço por item

Regime de Execução: empreitada por preço unitário

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de equipamentos, ferramentas e insumos para atender às necessidades da Coordenadoria de Comunicação Institucional (CCI) e demais setores da Pró-Reitoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (PROTIC), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em **52 (cinquenta e dois) itens**, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.2.1 Acerca do critério de aceitabilidade de preços, serão aceitos apenas os preços das propostas que se mostrarem iguais ou inferiores ao valor unitário de cada item que foi estabelecido pela Administração.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.



3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2.1. Não caberá ao órgão promotor desta licitação a responsabilidade por eventuais indisponibilidades técnicas no sistema, devendo o licitante comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer a sua participação na licitação, em qualquer fase da licitação.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. **Para os itens 01 a 52, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte**, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.7. **Não poderão disputar esta licitação:**

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou

3.7.4. detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.5. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.6. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que



desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.7. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.8. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.9. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.7.10. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.7.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.12. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.5 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

3.13. A vedação de que trata o item 3.7.9 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:



4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.11. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:



4.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso, bem como problemas no sistema, principalmente de instabilidade/falhas são de responsabilidade e ordem do provedor do sistema, sendo total o risco da licitante, não competindo ao órgão gerenciador solucionar.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário do item;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante;

5.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar a quantidade do Termo de Referência.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na proposta, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.



5.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.9. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,01% (um centésimo por cento)**.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de **quinze segundos** após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos **5% (cinco por cento)**, o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.



- 6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a (10) dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).
- 6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até **5% (cinco por cento)** acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de **05 (cinco) minutos** controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de **5% (cinco por cento)**, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- 6.19.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.19.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 6.19.1.2.1. Será verificado o registro de Ocorrências no SICAF, sendo que cada ocorrência registrada será contabilizada como **01 (um) ponto** em desfavor do licitante.

6.19.1.2.2. Caso persista o empate entre os licitantes, será adotado o critério subsequente de desempate.

6.19.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.3.1. Os licitantes empatados serão convocados para apresentarem no mesmo prazo a documentação comprobatória para o item 6.19.1.3.

6.19.1.3.2. Não será avaliado o mérito ou o impacto da ação, nem a quantidade de ações desenvolvidas por cada licitante. Contudo, uma vez comprovado que o licitante as desenvolve, estará atendido o requisito.

6.19.1.3.3. O prazo concedido para atender à convocação de anexo do sistema será de **02 (duas) horas**, conforme o horário indicado no chat pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

6.19.1.3.4. O não atendimento, por parte de algum licitante empatado, ao envio da documentação dentro do prazo informado no chat o excluirá do julgamento do empate e será presumida a decadência do prazo e, conseqüentemente, a perda do direito desse licitante concorrer no desempate.

6.19.1.3.5. Persistirá o empate quando os licitantes empatados atenderem à convocação do anexo dentro do prazo estabelecido no sistema e demonstrarem que desenvolvem alguma ação de natureza descrita no item 6.19.1.3.

6.19.1.3.6. Caso persista o empate entre os licitantes, será adotado o critério subsequente de desempate.

6.19.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.1.4.1. Os licitantes empatados serão convocados para apresentarem no mesmo prazo a documentação comprobatória para o item 6.19.1.4.

6.19.1.4.2. Não será avaliado o mérito ou o impacto da ação, nem a quantidade de ações desenvolvidas por cada licitante. Contudo, uma vez comprovado que o licitante as desenvolve, estará atendido o requisito.

6.19.1.4.3. O prazo concedido para atender à convocação de anexo do sistema será de **02 (duas) horas**, conforme o horário indicado no chat pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

6.19.1.4.4. O não atendimento, por parte de algum licitante empatado, ao envio da documentação dentro do prazo informado no chat o excluirá do julgamento do empate e será presumida a decadência do prazo e, conseqüentemente, a perda do direito desse licitante concorrer no desempate

6.19.1.4.5. Persistirá o empate quando os licitantes empatados atenderem à convocação do anexo dentro do prazo estabelecido no sistema e demonstrarem que desenvolvem alguma ação de natureza descrita no item 6.19.1.4.

6.19.1.4.6 Caso persista o empate entre os licitantes, será adotado o critério subsequente de desempate.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:



6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.19.3. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.19.3.1. Como última forma de desempate, caso persista o empate entre duas ou mais propostas, e após o cumprimento dos itens 6.19.1 e 6.19.2 e seus respectivos subitens, em conformidade com o art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o Pregoeiro poderá realizar um sorteio em ato público, ao qual todos os licitantes serão convocados, ou cancelar o(s) item(ns) com fornecedores empatados, caso seja impossível a classificação pela ordem do menor preço devido à persistência do empate, desde que haja algum risco que afete a Administração.

6.19.3.2. Por meio de mensagem no sistema, serão divulgados a data, o local e o horário para a realização do sorteio público, cuja presença será facultativa a todos os interessados, incluindo os demais licitantes, os quais poderão comparecer pessoalmente ou por meio de representante legal (por procuração ou preposto).

6.19.3.2.1. O Pregoeiro informará claramente a data, horário e local de realização do sorteio público e presencial no chat do sistema.

6.19.3.2.2. O sorteio público, presencial, ocorrerá no segundo dia útil após o seu agendamento, sob a condução do Pregoeiro, que, simultaneamente, ficará logado na sessão eletrônica do pregão.

6.19.3.2.3. No momento do sorteio, o Pregoeiro será acompanhado por uma equipe de apoio a qual deverá chegar ao local com, no mínimo, **01 (uma) hora** de antecedência em relação ao horário marcado para o sorteio. Será coletada a assinatura dos presentes, que deverão permanecer até o término do sorteio.

6.19.3.2.4. O Pregoeiro deverá manter-se logado no sistema para comunicar os acontecimentos do sorteio público presencial por meio do chat na sessão eletrônica do pregão.

6.19.3.2.5. Será colhida a assinatura/rubrica dos presentes na cédula que contém a identificação de cada licitante empatado. Alternativamente, as cédulas poderão ser conferidas pelos presentes antes de serem depositadas na urna, que também poderá ser verificada pelos presentes.

6.19.3.2.6. A identificação de cada cédula conterá a razão social e o CNPJ do licitante, além do número do item ou grupo em que ocorreu o empate.

6.19.3.2.7. O resultado do sorteio será divulgado por meio de mensagem no sistema, contendo a ordem de classificação dos licitantes nos itens ou grupos empatados.

6.19.3.2.8. Ao final do sorteio, será redigida uma ata da sessão do sorteio público presencial, que será assinada pelos presentes e, posteriormente, divulgada no chat do pregão.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a **negociação** realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.4.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, desde que haja solicitação fundamentada do licitante por motivo pertinente e relevante, a ser realizada por meio do chat, antes do término do prazo.

6.20.4.1.1. Na hipótese de prorrogação do prazo, o pregoeiro abrirá nova convocação de anexo, no Sistema Comprasnet (www.gov.br/compras) em prazo proporcional ao fundamento apresentado, observando o mínimo de **02 (duas) horas**.

6.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará **se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame**, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php); e

7.1.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://portal.tcu.gov.br/carta-de-servicos/certidoes/lista-de-licitantes-inidoneos>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).



7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5.1 e 4.5 deste edital.

7.4.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. contiver vícios insanáveis;

7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.3.1. apresentar valor superior ao limite estabelecido pela administração (valor unitário de cada item do grupo) ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato.

7.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.6.6. descumprir especificações técnicas constantes do instrumento convocatório.

7.6.6.1. O descumprimento de prazo é entendido como desconformidade às exigências do Edital e do Termo de Referência.

7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a **50% (cinquenta por cento)** do valor orçado pela Administração, devendo ser promovida diligência para apuração da viabilidade da proposta.

7.8 Também é entendido como indício de inexequibilidade:

7.8.1.1 quando o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta.

7.8.1.2 quando inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8.1.3 quando a proposta comprovadamente for insuficiente para a cobertura dos custos decorrentes da aquisição pretendida.

7.9 Somente será considerada a inexequibilidade após a realização de diligência em que o fornecedor não comprove a capacidade da proposta nos termos dos itens 7.7 e 7.8.

7.10 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta, que podem ser na forma do subitem 9.4 do Anexo VII-A da IN n.º 5/2017 –



SLTIMPOG, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

7.10.1. Questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexecutabilidade;

7.10.2. Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;

7.10.3. Verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;

7.10.4. Pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados;

7.10.5. Verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente.

7.11. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo mínimo **de 02 (duas) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico.

7.11.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, desde que haja solicitação fundamentada do licitante por motivo pertinente e relevante, a ser realizada por meio do chat, antes do término do prazo.

7.11.1.1. Na hipótese de prorrogação do prazo, o pregoeiro abrirá nova convocação de anexo, no Sistema Comprasnet (www.gov.br/compras) em prazo proporcional ao fundamento apresentado, observando o mínimo de **02 (duas) horas**.

7.12. A proposta final deverá:

7.12.1. Ser redigida em língua portuguesa ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser datada e assinada pelo licitante ou seu representante legal;

7.12.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

7.12.3. Apresentar a planilha de custos e formação de itens da licitação, observando o que estiver estabelecido no Termo de Referência.

7.13. Erros no preenchimento da proposta não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A proposta poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha/proposta passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime, mas não se limita a isso, podendo o pregoeiro pedir diligência para sanear algo que não é insanável e desde que não alterem a substância das propostas.

7.14. Em caso de diligência da proposta, o Pregoeiro adotará a convocação nos termos dos itens 7.11 a 7.11.1.1 deste Edital.

7.15. Quanto a qualquer pedido de correção, a proposta será desclassificada por não atender condições de aceitação estabelecidas no Edital se:

7.15.1. Não anexar no prazo determinado no chat;

7.15.2. Anexar documentação incompleta, conforme o que foi solicitado no chat;

7.15.3. Anexar uma proposta corrigida que majore preço;

7.15.4. Reiterar no mesmo erro que foi previamente solicitado para correção na diligência.



7.16. É vedado a Administração fazer ingerências na formação de preços privados por meio da proibição de inserção de custos ou exigência de custos mínimos que não estejam diretamente relacionados à exequibilidade dos serviços e materiais ou decorram de encargos legais.

7.17. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante da área especializada no objeto.

7.18. Caso seja necessário analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando, no chat, a nova data e horário para sua continuidade;

7.19. Em caso de desclassificação de proposta, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando sua aceitabilidade, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até identificar uma proposta ou lance que atenda às exigências do Edital.

7.19.1 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à proposta subsequente, será realizada nova verificação, pelo sistema, quanto à eventual ocorrência de empate ficto, conforme previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina previamente estabelecida, se for o caso.

7.20. Após a conclusão da análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, em conformidade com o disposto neste Edital.

8 DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou diretamente no Sistema Comprasnet (www.gov.br/compras), salvo se devido algum imprevisto, o Pregoeiro comunicar outra forma no chat.

8.5 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.6 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.7 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.



8.8 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.9 A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.9.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

8.10 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

8.10.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.11 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.11.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **02 (duas horas)**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.11.1.1 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, desde que haja solicitação fundamentada do licitante por motivo pertinente e relevante, a ser realizada por meio do chat, antes do término do prazo

8.11.1.1.1 Na hipótese de prorrogação do prazo, o pregoeiro abrirá nova convocação de anexo, no Sistema Comprasnet (www.gov.br/compras) em prazo proporcional ao fundamento apresentado, observando o mínimo de **02 (duas) horas**.

8.11.2 Especificamente para a habilitação econômico-financeira, no que se refere à exigência da apresentação do balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos **02 (dois) últimos exercícios sociais**, todos esses documentos contábeis de ambos os exercícios sociais devem trazer as informações mínimas estabelecidas nos itens 8.25.1 a 8.25.3 do Termo de Referência, sob pena de resultar na inabilitação do licitante, caso o vício seja, de fato, insanável.

8.12 A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.12.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.13.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.13.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14. Em caso de diligência da habilitação, o Pregoeiro adotará a convocação nos termos dos itens 8.11.1 a 8.11.1.1.1 deste Edital.



8.15 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.16 Caso seja necessário analisar minuciosamente os documentos exigidos, o pregoeiro suspenderá a sessão, comunicando, por meio do "chat", a nova data e horário para sua continuidade.

8.17 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.11.1.

8.17.1. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos para tanto, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital e no Termo de Referência.

8.17.2. Em caso de inabilitação, o Pregoeiro convocará imediatamente o licitante subsequente, devendo, primeiramente, verificar se há ocorrência de empate ficto nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte. Em seguida, caberá ao Pregoeiro repetir os atos, adotando os procedimentos subsequentes ao encerramento da etapa de lances, até que se chegue a um vencedor com proposta aceita e habilitada, ou até que a licitação seja considerada fracassada.

8.17.2.1. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for habilitada e antes de o Pregoeiro passar à próxima, será realizada uma nova verificação, pelo sistema, quanto à eventual ocorrência de empate ficto, conforme previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006. Caso haja empate, seguirá a disciplina previamente estabelecida.

8.18 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.19 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.19.1. A existência de restrição quanto à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora na etapa de habilitação, desde que atenda a todas as demais exigências do edital.

8.19.2. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição quanto à regularidade fiscal e trabalhista, e atendidas todas as demais exigências do Edital, o Pregoeiro declarará, no chat, que a licitante foi provisoriamente habilitada, convocando imediatamente a licitante ME/EPP para, no prazo de **05 (cinco) dias úteis** após a declaração provisória de habilitação no chat, comprovar a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito, e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.19.2.1. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Administração Pública, caso seja solicitado pelo licitante, mediante a apresentação de justificativa.

8.19.3. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação e com isso acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

8.19.3.1. Se, na ordem de classificação, houver outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.



8.20 Ultrapassada a análise quanto à habilitação, será encerrada a sessão do pregão, e o processo estará apto, conforme o caso, para as fases subsequentes do processo licitatório, conforme estabelecido no Art. 17 da Lei nº 14.133/2021, nas quais:

8.20.1. Em caso de intenção de interposição de recurso, o Pregoeiro informará os prazos da fase de recurso, observando o disposto neste Edital. Todos os licitantes estarão automaticamente convocados a acompanhar essa fase para tomar conhecimento das ocorrências, sob pena de decadência de alegações posteriores.

8.20.2. Caso não haja intenção de recurso ou se não houver interposição de recurso, o processo estará apto para adjudicação e homologação, momento em que o Pregoeiro proporá o encaminhamento do processo à autoridade competente.

9 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de **05 (cinco) dias**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5 O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7 Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10 DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1 Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

10.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2 dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

10.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.



10.2.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

10.4 Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11 DOS RECURSOS

11.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2 O prazo recursal é de **03 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a **10 (dez) minutos**.

11.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **03 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

11.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de **03 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico:

11.10.1. A petição do processo poderá ser realizada por meio eletrônico, através do e-mail prad.da.cl@ufdpar.edu.br, ou por petição dirigida e protocolada no endereço: Av. São Sebastião,



2819, Bairro de Fátima, Parnaíba-PI, CEP 64.202-020, no setor Coordenadoria de Licitação/PRAD/UFDPar, no horário das 8h às 12h e das 14h às 18h.

11.10.2. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à aplicação do princípio da autotutela para revisar os atos anteriores praticados nas fases de julgamento e/ou habilitação, todos os licitantes ficam automaticamente convocados para acompanhar a continuidade da sessão.

11.10.2.1. O Pregoeiro agendará a continuidade da sessão pública, para que sejam produzidos os efeitos da decisão do recurso, conforme os termos decididos, e indicará a fase em que o processo retornará.

11.10.2.2. O agendamento da retomada da sessão pública será comunicado por aviso no quadro informativo do pregão e por mensagem no chat.

11.10.2.3. A sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema, com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência à comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes.

12 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

12.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5 fraudar a licitação

12.1.6 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.7 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2 Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1 advertência;

12.2.2 multa;

12.2.3 impedimento de licitar e contratar e



12.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2 as peculiaridades do caso concreto

12.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1 Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de **0,5% a 30%** do valor do contrato licitado.

12.4.2 Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de **0,5% a 30%** do valor do contrato licitado.

12.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação.

12.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de **03 (três) anos**.

12.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.10 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por **02 (dois)** ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11 Caberá recurso no prazo de **15 (quinze) dias úteis** da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de **05 (cinco) dias úteis**,

encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis**, contado do seu recebimento.

12.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até **03 (três) dias úteis** antes da data da abertura do certame.

13.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até **03 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, para o e-mail prad.da.cl@ufdpar.edu.br, ou por petição dirigida e protocolada no endereço: Av. São Sebastião, 2819, Bairro de Fátima, Parnaíba-PI, CEP 64.202-020, no setor Coordenadoria de Licitação/PRAD/UFDPar, no horário das 8h às 12h e das 14h às 18h.

13.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

14.4 A desclassificação no Julgamento ou na Habilitação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

14.4.1 É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase da licitação, desde que não seja alterada a substância da proposta e sem prejudicar o tratamento isonômico entre os licitantes, adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação de habilitação ou complementar a instrução do processo.

14.5 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5.1 Após a homologação e adjudicação, caso a Administração decida pela contratação do objeto licitado, será firmado termo de contrato ou outro instrumento equivalente.



14.5.2 O adjudicatário terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.5.3 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **05 (cinco) dias úteis**; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis** para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

14.5.4 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

14.5.4.1. a referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

14.5.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital; e que

14.5.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

14.5.5 O início da execução do objeto e o prazo de vigência da contratação estão estabelecidos no Termo de Referência.

14.5.6 Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente, será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin, além da comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

14.5.7 A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação. Caso não seja regularizada a situação no prazo de assinatura do contrato, decairá o direito de contratar e a Administração poderá reabrir a sessão devido à ausência de condições do fornecedor para ser contratado, convocando os licitantes subsequentes, observando a ordem de classificação.

14.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.7 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.8 Qualquer interessado poderá solicitar a realização de diligências para verificar a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam o seu pedido.

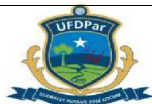
14.9 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

14.10 Os prazos somente se iniciarão e encerrarão nos dias úteis de expediente na Administração.

14.11 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.12. São situações nas quais a sessão pública poderá ser reaberta:

14.12.1. Quando da aplicação do princípio da autotutela para rever atos, caso haja erro na aceitação do preço melhor classificado ou na habilitação do licitante;



14.12.2. Diante do desfazimento de ato por anulação ou revogação devidamente motivada, incluindo aqueles que dele dependam;

14.12.3. Em caso de o licitante não assinar o contrato ou não retirar o instrumento equivalente nas condições estabelecidas no Edital e nos seus anexos;

14.12.4. Quando o fornecedor não comprovar a regularização no Cadin no prazo de assinatura do contrato, e sendo constatada a existência de restrição, o fornecedor será considerado inabilitado por possuir fator impeditivo para a contratação, caso não tenha atendido ao prazo de regularização;

14.13 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital, exceto nos casos em que tenha havido aviso(s), esclarecimento(s) ou impugnação(ões) esclarecedoras no Quadro de Informações do referido pregão;

14.13.1 Os avisos, esclarecimentos e impugnações, nos termos do § 1º do Art. 55 da Lei nº 14.133/2021, se vinculam ao Edital.

14.14 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://ufdpar.edu.br/> e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Av. São Sebastião, 2819, Bairro de Fátima, Parnaíba-PI, CEP 64.202-020, setor Coordenadoria de Licitação/PRAD/UFDPar nos dias úteis, no horário das 8h às 12h e das 14h às 18h, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

14.15 O Edital e seus anexos também estão disponíveis no endereço do Portal de Compras do Governo Federal.

14.16 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.16.1 ANEXO I – Termo de Referência

14.16.1.1 Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar.

14.16.2 ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato.

14.16.3 ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços.

14.16.4 ANEXO IV – Modelo de proposta comercial.

Parnaíba - PI, junho de 2025.

JOÃO PAULO SALES MACEDO
Reitor da UFDPar



Termo de Referência 23/2023

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
23/2023	156680-UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAIBA PI	ISAIAS RIBEIRO GONCALVES	06/06/2025 15:43 (v 11.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		23855.003404/2023-53

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

[Conforme Estudo Técnico Preliminar revisado para atender ao Despacho nº 100/2024 – CLPRAD/UFDPAR (pág. 307 do PDF), e em razão de modificações no processo.]

1.1. Aquisição de equipamentos, ferramentas e insumos para atender às necessidades da Coordenadoria de Comunicação Institucional (CCI) e demais setores da Pró-Reitoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (PROTIC), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UND	QTDE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)
1	ADAPTADOR DE IPHONE FÊMEA PARA USB-C MACHO - Adaptador USB Tipo C macho X Compatível Lightning fêmea. Deve servir para carregamento, transferência de dados, para fone e microfone.	620713	UND	3	44,75	134,25
	ESTABILIZADOR PARA SMARTPHONE ANDROID E IOS - Estabilizador portátil para smartphone com estrutura de três eixos, conexão Bluetooth, compatível com Android e iOS. Deve fornecer					

2	movimento estabilizado com inclinação e rotação, permitindo captura suave de vídeos. Alimentação à bateria, conexão USB tipo C, com cabo incluso. Faixas mínimas de alcance de giro: 300°, inclinação: 250° e rotação: 300°. Dimensões aproximadas: 26 x 16 x 6 cm.	602598	UND	2	579,9	1.159,80
3	ILUMINADOR PARA FILMAGEM - Tubo de vídeo LED portátil com luz para fotografia. Lâmpada com luz de preenchimento. Bastão tubo iluminador LED ip67 à prova de chuva, cor da estrutura: preto 110v/220v.	602589	UND	3	349	1.047,00
4	TRIPE CÁMERA PROFISSIONAL 1,80 METROS + SUPORTE CELULAR - Tripé telescópico em alumínio, com comprimento fechado de 68 cm e altura máxima de 1,80m. Fabricado em alumínio para facilidade de transporte. Universal (para ser usado por qualquer câmera). Suporte para auxiliar na mudança de posição.	600392	UND	3	869,9	2.609,70
5	CAIXA DE SOM AMPLIFICADA ACÚSTICA ATIVA BLUETOOTH PROFISSIONAL - Potência: 200 WRMS; Conectividade Bluetooth, USB, SD Card (até 32GB) e rádio FM. Entradas P10 para microfones e instrumentos, design compacto com alça de transporte e suporte para tripé.	454454	UND	3	1.400,00	4.200,00

	Alto-falante de 10" e tweeter. Deve poder ser conectada a uma segunda caixa passiva para som estéreo, alimentação seletora de 127/220V. Dimensões aproximadas: 47x33x32 cm Peso médio: 13 kg.					
6	MESA DE SOM PORTÁTIL - Mesa de som de 10 canais, sendo 04 entradas XLR e/ou P10, com botão Gain e equalizadores de grave, médio e agudo, 04 entradas P10 e 02 P10 ou RCA com equalizadores de grave, médio e agudo, saídas 02 XLR e 02 P10, saída auxiliar: 01 P10, saída de monitor: 02 P10, saída de fone: 01 P10, sistema de alimentação Phantom Power +48v, com display de VU indicando o volume de saída.	293223	UND	2	4.634,04	9.268,08
7	MICROFONE DE LAPELA SEM FIO - Para dispositivos iOS e Android. Anti ruído com dois adaptadores, transmissão sem fio 200m, mínimo de 8 horas de duração da bateria, compatível com câmeras DSLR /iPhone /Android /Stream ao Vivo.	375293	UND	24	188,43	4.522,32
	MICROFONE SEM FIO DUPLO PROFISSIONAL - Sistemas simultâneos por banda: até 12; analógico; faixa de frequência: 542-572 MHz; faixa de operação: 300 pés; linha de visão; resposta de frequência: 50Hz-15kHz; microfone incluído; seleção de					

8	canal: auto/manual; tipo: dinâmico; padrão polar: cardioide; resposta de frequência: 50Hz-16kHz; transmissor: fator de forma: portátil com mic capsule; faixa dinâmica: 100dB (ponderado A); tipo de bateria: 2 x AA; vida útil da bateria: até 14 horas; dimensões aproximadas: 8,8" x 2,1"; peso: 0,48 libras; receptor: tipo de antena: fixo; tipo: tampo da mesa; saídas: 2 x XLR (microfone), 2 x 1/4 (instrumento); fonte de alimentação: 12-15 V DC.	299686	UND	4	480	1.920,00
9	PEDESTAL PARA MICROFONE – Material Base Sustentação: Aço Carbono; Tipo: Girafa com cachimbo; Formato Base: Tripé Dobrável; Acabamento Superficial: Pintura Eletrostática; Tipo Haste: Telescópica; Características Adicionais: Haste Com Regulagem De Altura E Inclinação; Altura média: 1,95 m.	456779	UND	5	381,2	1.906,00
10	CÂMERA FOTOGRÁFICA DIGITAL - Câmera DSLR com 24.1MP, 3" - Câmera com a capacidade de gravar vídeos em 4K, Dual Pixel AF e tela LCD com ângulo variável, tela sensível ao toque LCD angular de 3,0 polegadas; tecnologia embutida Wi-fi, Bluetooth; e entrada para microfone externo; processador de Imagem DIGIC8- ISO 100-25600.	611514	UND	6	4.746,58	28.479,48

11	LENTE OBJETIVA DE MÁQUINA FOTOGRÁFICA - Lente EF 50mm f/1.2L USM.	613211	UND	3	3.339,00	10.017,00
12	LENTE OBJETIVA DE MÁQUINA FOTOGRÁFICA - Lente EF-S 24mm f/2.8 STM.	613209	UND	3	905	2.715,00
13	KIT ILUMINAÇÃO EXTERNA – Kit iluminação 40w + tripé - Kit luz contínua softbox 50 X 70 + tripé 2m estúdio vídeo.	387868	UND	3	1.083,26	3.249,78
14	SISTEMA ILUMINAÇÃO / FOTOGRAFIA / TELA DE PROJEÇÃO - Fundo Chroma Key Tecido de cor Verde para aplicação de fundo infinito, chromakey (aplicação fundo infinito de cor verde para estúdio) com 3 m de largura e comprimento de no mínimo 5 m; Deve acompanhar um suporte para fundo infinito com dois tripés com altura máxima de 2,40 m ou superior e barras cilíndricas modulares que pode ser montada com largura máxima de 3 m ou superior. Deve acompanhar pelo menos 4 grampos (alicate com garras para fundo infinitos) para fixação do tecido. Modelo de referência: Worldview Kit Suporte Estande e Fundo Infinito ChromaKey.	353830	UND	1	950	950,00
	AERONAVE REMOTAMENTE PILOTADA (DRONE) - Drone GPS profissional com câmera 4K HD, equipado com					

15	câmera 4K com kit fly, armazenagem 8 G, bateria de voo inteligente capacidade 3850 mAh, 15,4 V, compatível com micro SD de até 128 GB.	614916	UND	3	9.898,79	29.696,37
16	CONJUNTO ILUMINAÇÃO TIPO ESTÚDIO AUDIVISUAL -Equipado com lâmpada fluorescente, potência lâmpada 150 W; contendo: Softbox, tripé e lâmpada.	477899	UND	3	1.378,09	4.134,27
17	GRAVADOR E REPRODUTOR DE SOM TIPO PORTÁTIL - Gravador e reprodutor de som - Gravador de áudio interface de hardware USB, número de baterias 2 AA baterias ou pilhas necessárias (inclusas), dimensões aproximadas (c x l x a) 11.5 x 2.1 x 3.8 centímetros, capacidade de armazenamento da memória 4048 mb, painel LCD que mostre gravação e reprodução de informações em caracteres grandes e legíveis, luminoso brilhante, luz de fundo LCD que garanta uma boa visibilidade.	470926	UND	3	1.394,00	4.182,00
18	MICROFONE TIPO DE MESA - Microfone de mesa com fio - Microfone gooseneck de mesa, tipo: condensador haste flexível; diretividade: direcional; padrão polar: cardioide; resposta de frequência: 60Hz-18000Hz; impedância de saída: 680ohm;	480211	UND	7	949,5	6.646,50

	sensibilidade: -46dB ± 2DB; alimentação: bateria 9v / Phantom Power 48v; cabo: 5m.					
19	CABO PARA MICROFONE P10 - Cabo plug XLR/P10 (mono) - Plug P10 em metal /Plug XLR em metal e plástico (base). Composto por zinco, aço, alumínio, cobre e PVC. 10 metros.	414177	UND	8	88	704,00
20	TELEPROMPTER - Construído em alumínio industrial e aço, leve, resistente com pintura eletrostática na cor preta; Tamanho a partir de 12,9 polegadas; Espelho cristal ≥ 1,2mm ou ≤ 3mm de espessura com tratamento óptico; Captação de imagens internas e externas; Velcro adesivo para fixar na bandeja tablets e celulares; Compatível com qualquer tripé da linha vídeo; Câmara escura em korino; Suporte do sistema óptico ajustável na altura e ajuste da câmera na distância do espelho reflexivo; Peso: ≥ 1,8 kg; Dimensões aproximadas: 42 profundidade 33 largura 28 altura; Tamanho aproximado da bandeja: 320 largura x 230 profundidade mm x 349; Para tablets ≥ 12,9"; Par de máscara anti-ofuscamento lateral em korino preto; Manípulo de 1/4" para fixar a câmera.	392869	UND	4	2.783,00	11.132,00
	IMPRESSORA DE CARTÃO / CRACHÁ - Capacidade mínima de 144 cartões/hora a					

21	5 cores, capacidade memória 2 MB, resolução mínima 300 DPI, material cartão PVC e PVC composto, tamanho ISO CR-80 e ISO- 7810 (standard 54 x 86 mm), interface comunicação paralela centronics, serial RS-232C, voltagem 110 V, frequência 60HZ.	268307	UND	2	8.347,50	16.695,00
22	CONECTOR RJ45 CAT6 MACHO - Material Policarbonato; Condutores Banhados a Ouro; Compatível com todas as Interfaces RJ45 Fêmea; Design Blindado; Tipo: RJ45; Condutores Resistentes à corrosão; Compatível com CAT6 /CAT5E.	375963	UND	3000	0,6	1.800,00
23	CONECTOR RJ45 CAT6 FÊMEA - Suporta conexões de até 1000 Mbps; Suporta condutores de 22 a 26 AWG / Material Conector RJ45 Encaixe: ABS+PC, UL94V-0 Suporte RJ45: PBT+Glass Fiber, UL 94V-0. / Conexões T568A & T568B. Performance do canal para até 4 conexões em canais de até 100 metros; Suporte a IEEE 802.3, 1000 BASE T, 1000 BASE TX, EIA/TIA-854, ANSI-EIA/TIA-862, ATM, vídeo, sistemas de automação predial e todos os protocolos LAN anteriores	469535	UND	600	5,4	3.240,00
	CHAVE DE FENDA PONTA CHATA 3/16X4" - Haste em aço cromo vanádio temperada; Acabamento cromado; Ponta					

24	fosfatizada e magnetizada; Cabo com dupla injeção em PP e borracha; DIN ISO 2380; Ponta chata; Tamanho: 5x100mm (3/16x4").	483652	UND	6	16,09	96,54
25	CHAVE DE FENDA CLIPE 1/8X3" - Haste em aço cromo vanádio temperada; Acabamento cromado; Ponta fosfatizada e magnetizada; Cabo injetado (DIN ISO 2380).	468508	UND	6	14,4	86,40
26	CHAVE DE FENDA PONTA CRUZADA 1/8X3" - Haste em aço cromo vanádio temperada; Acabamento cromado; Ponta fosfatizada e magnetizada; Cabo injetado; Apoio giratório; DIN ISO 8764.	468508	UND	6	11,95	71,70
27	CHAVE DE FENDA PONTA CRUZADA 3/16X4" - Haste em aço cromo vanádio temperada; Acabamento cromado; Ponta fosfatizada e magnetizada; Cabo injetado.	337652	UND	6	11,67	70,02
28	CHAVE DE FENDA PONTA CRUZADA 1/4X4" - Haste em aço cromo vanádio temperada; Acabamento cromado; Ponta fosfatizada e magnetizada; Cabo injetado; Apoio giratório; DIN ISO 8764; Ponta cruzada.	388040	UND	6	15,32	91,92
	TESTADOR DE REDE RJ-45 - Compatibilidade com RJ11 e RJ45; Para testes de rede de telefonia e internet; Testador eletrônico de cabeamento de redes de computador; Botão					

29	de posição (ligado, desligado); Alimentação: Bateria 9V inclusa; Para cabos com conectores RJ15 e RJ45; Testa continuidade 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e G (terra); Verifica conexão trocada, curto aberto e cruzado; 2 modos de teste rápido: testador master e testador apoio.	344557	UND	9	169,94	1.529,46
30	FERRO DE SOLDA 60W, 220V - Potência ajustável profissional 480c-110v; Tipo de ferro de solda: Lápis; Potência: 60 W; Diâmetro do eletrodo: 1 mm; Material da ponta: Cobre; Luz LED; Ponta removível; Suporte; Temperatura máxima: 480 °C.	372138	UND	10	40,6	406,00
31	MULTÍMETRO DIGITAL PORTÁTIL - Instrumento digital portátil TRUE RMS, com LCD de 3 ¾ dígitos com iluminação, de acordo com a categoria IV 600V de segurança; Holster protetor; Congelamento de leitura; Modo relativo; Desligamento automático e mudança de faixa automática; Medidas de tensão DC e AC, corrente DC e AC, resistência, capacitância, frequência, duty cycle, temperatura e testes de diodo e continuidade. Especificações: - Display: 3 ¾ dígitos (4000 Contagens). - Indicação de Sobrefaixa: Indicação "OL" no display; Indicação de bateria fraca quando a tensão da bateria estiver abaixo da nominal para operação; Mudança de Faixa Automática; Data Hold -	603537	UND	10	250,14	2.501,40

	Desligamento Automático Após: Aprox. 20 minutos; Ambiente de Operação: 0°C a 40°C (32°F a 104°F), RH < 80; Ambiente de Armazenamento: -20°C a 60°C (-4°F a 140°F), RH < 80; Coeficiente de Temperatura: 0,1 x (precisão especificada) por °C, < 18°C ou > 28°C; Uso Interno; Altitude Máxima de Operação: 2000m; Alimentação: 1 x 9V (6F22, NEDA1604 ou 006P); Segurança: IEC1010 Sobretenção e Dupla Isolação, Categoria III 1000V / Categoria IV 600V.					
32	SOLDA ESTANHO 1MM 60X40 - Solda fio estanho 500g 60X40 1MM C/ Fluxo RA (T2) Rolo 500G; Características da pasta para solda: Ponto de Fusão: 70°C; Concentração de Halogênios: 11,5%; Ponto de Decomposição: 250°C; Conforme Norma Técnica da Aplicação da ABNT - NBR 16345; Produzido de acordo com a Norma Técnica ASTM – B-813.	319882	UND	20	155	3.100,00
33	ESCADA EXTENSÍVEL DE ALUMÍNIO / ESCADA ARTICULADA - Tipo de posição: Multifuncional; Materiais da estrutura: Alumínio; Quantidade de degraus: 12; Altura máxima da escada 3,5 m; Altura da escada fechada 1 m; Largura da escada 28.5 cm; Extensível; Dobrável; Peso máximo suportado: 150 kg Altura da	311521	UND	4	612,22	2.448,88

	escada andaime 0.87 m; Altura da escada tesoura 1.45 m; Quantidade de posições: 13; Degraus antiderrapantes; Pés antiderrapantes.					
34	ESCADA EXTENSÍVEL DE ALUMÍNIO / ESCADA DOMÉSTICA TIPO TESOURA - Tipo de posição: Tesoura; Materiais da estrutura: Alumínio; Quantidade de degraus 6; Altura máxima da escada 1,78 m; Altura da escada fechada 1,93 m; Largura da escada 12 cm / Dobrável; Peso máximo suportado: 120 kg; Degraus antiderrapantes; Pés antiderrapantes; Trava de segurança; Cintas anti-pinch.	395487	UND	4	249,66	998,64
35	ALICATE UNIVERSAL - Alicate de corte universal 1000V - Forjado e temperado em aço carbono; Cabos ergonômicos com isolamento 1000V; Tamanho: 8".	402035	UND	8	30,2	241,60
36	ALICATE BICO MEIA CANA RETO SEM CORTE - Alicate de Bico Meia Cana 6,5 Pol; Fabricado em aço especial; Acabamento polido; Cabo ergonômico, abas protetoras arredondadas; Articulação suave, para facilitar o uso e proporcionar menos esforço; Comprimento: 6,5" (165mm).	215143	UND	8	38	304,00
	ALICATE DE CORTE – Alicate de Corte diagonal 6 Pol. Isolado 1000 V; Corpo forjado em aço especial e					

37	temperado; Acabamento fosfatizado; Cabeça e articulação lixadas; Têmpera especial no gume de corte e mandíbulas; Conformidade com a NBR 9699 e NR10; Isolação 1.000 V para uso em locais com baixas tensões de até 1.000 V em corrente alternada.	336881	UND	6	46,16	276,96
38	ALICATE PARA CRIMPAR - Alicate de Crimpar Rede Rj45 - Ajuste categorias entre Cat7 e Cat6E / Cat5E - Modelos de conectores RJ45 / RJ12 / RJ11 de 4, 6 ou 8 vias; Compatível conectores de passagem com a frente vazada do tipo Easy Crimp; Compatível conectores padrão; Acabamento antiderrapante; Lâminas de corte de excesso; Material: Plástico + metal.	291168	UND	10	66,06	660,60
39	UNIDADE DISCO TIPO: DISCO SSD - SSD 960GB 2.5"; Compatível com Servidor Dell Poweredge R650; Capacidade: min: 960GB; Interface: SATA RI 6Gb/s; Formato: 2.5" Hot Plug.	604131	UND	44	1.448,30	63.725,20
40	UNIDADE DISCO TIPO: RÍGIDO - HDD 2.4TB 2.5"; Capacidade: 2.4TB; 10K RPM; Self-Encrypting SAS; 12Gbps 512e 2.5in; Hot-plug Hard Drive; FIPS140.	473248	UND	20	2.779,19	55.583,80
	UNIDADE DISCO TIPO: DISCO SSD - SSD 1TB 2.5"; Capacidade: 1TB; Formato: 2.5''; Interface: SATA 6 Gb/s,					

41	compatível com interface SATA 3 Gb/s e SATA 1,5 Gb/s; leitura sequencial 560MB/S, escrita sequencial 530MB/S.	604130	UND	80	690	55.200,00
42	UNIDADE DISCO TIPO: DISCO SSD - SSD 1TB m.2; Capacidade: 1 TB; PCIe Gen4x4, M.2 2280, NVMe, Leitura: 7400MB/s e Gravação: 5500MB/s, 3D NAND.	601758	UND	60	769	46.140,00
43	MEMÓRIA RAM - Memória RAM DDR3 - Capacidade total: 8 GB; Velocidade: 2400 MHz; Tecnologia: DDR3L SDRAM; Formato: UDIMM.	473420	UND	10	104	1.040,00
44	MEMÓRIA RAM - Memória RAM DDR4 - Capacidade total: 8 GB; Latência SPD 15-15-15-36; Velocidade SPD 2133MHz; Voltagem SPD 1.2 V; Latência testada 16-20-20-38; Velocidade testada 3000 MT/s; Voltagem testada 1.35V.	604331	UND	10	238,01	2.380,10
	CABO REDE COMPUTADOR / CABO DE REDE ETHERNET UTP - Cabo para transmissão de dados Multilan Categoria 6 sem blindagem, para uso interno; Medida: 305m; Deve suportar: GIGABIT ETHERNET, IEEE 802.3ab; 1000 baseT, IEEE 802.3an; 100BASE-TX, IEEE 802.3u; 100BASE-T4, IEEE 802.3u; 100vg-AnyLAN, IEEE802.12; ATM -155 (UTP); AF-PHY-0015.000; AF-PHY-0018.000; TP-PMD, ANSI					

45	<p>X3T9.5; 10BASE-T, IEEE802.3; TOKEN RING, IEEE802.5; 3X-AS400, IBM; TSB-155; ATM LAN 1.2 Gbit/s, AF-PHY0162.000 2001; NEC Artigo 800; Categoria CAT.6; Ambiente de Instalação Interno; Ambiente de Operação Não agressivo; Compatibilidade com toda a linha FCS; Conectores e patch panels CAT.6; Condutor fio sólido de cobre eletrolítico nu; Bitola do condutor de 24AWG; Isolamento: Polietileno de alta densidade com diâmetro nominal 1.0mm; Par: Condutores isolados reunidos dois a dois, formando o par. Passos de torcimento devem atender os níveis de diafonia previstos e minimizar o deslocamento relativo entre si. Quantidade de Pares: 4. Cruzeta. Núcleo: Pares reunidos formando o núcleo do cabo. Construção: U/UTP. Normas: ANSI/TIA-568.2-D (CM); ISO/IEC 11801; UL 444; ABNT NBR 14703; ABNT NBR 14705; ABNT NBR 14565. Certificações: ETL Verified CM 3154906CRT-001c; Anatel 01145-04-00256. Garantia: 12 meses.</p>	407815	UND	50	787,26	39.363,00
	<p>C A B O R E D E COMPUTADOR / C A B O D E R E D E ETHERNET F/UTP - Descrição: Cabo para transmissão de dados GigaLan Categoria 6 dupla capa blindado, para uso interno /externo; Medida: 305m;</p>					

46	<p>Suporta: ATM-155 (UTP), AF-PHY-OO15.000 e AF-PHY-0018.000; TP-PMD, ANSI X3T9.5; GIGABIT ETHERNET, IEEE 802.3z; 100BASE-TX, IEEE 802.3u; 100BASE-T4, IEEE 802.3u; 100vg AnyLAN, IEEE802.12; 10BASE-T, IEEE802.3; TOKEN RING, IEEE802.5; 3X-AS400, IBM. Categoria: CAT.6; Ambiente de Instalação: Industrial; Compatível com a solução IP67 Cat.6; Ambiente de Operação: Agressivo; Compatibilidade com a linha FIS; Condutor: Fio sólido de cobre eletrolítico nu; Bitola do Condutor: 23AWG; Isolamento: Polietileno de alta densidade com diâmetro nominal 1.0mm; Par: Condutores isolados reunidos dois a dois, formando o par. Passos de torcimento devem atender os níveis de diafonia previstos e minimizar o deslocamento relativo entre si. Quantidade de Pares: 4; Cruzeta; Núcleo: Pares reunidos formando o núcleo do cabo. Elemento central em material termoplástico para separação dos 4 pares binados; Construção: F/UTP. Normas: ANSI/TIA-568.2-D; ISO/IEC 11801; UL 444; IEC 60332-3-25; ABNT NBR 14705; ABNT NBR 14703; NBR IEC 60529; ANSI/TIA-1005; Certificações: ETL Verified (LSZH) 3187471CRT-001c; Anatel: 01146-04-00256 / Capa interna PVC; 02047-07-00256 / Capa externa; Garantia: 12 meses.</p>	474228	UND	30	2.278,16	68.344,80
----	---	--------	-----	----	----------	-----------

47	<p>C A B O R E D E COMPUTADOR / PATCH CORD CAT 6 0,50M - Compatibilidade: Exceder os limites estabelecidos nas normas para CAT.6; Deve ser fornecido com boot, que garanta o respeito ao raio de curvatura do produto instalado além das tensões inerentes ao processo de instalação; Suporte a IEEE 802.3, 1000 BASE T, 1000 BASE TX, EIA /TIA-854, ANSI-EIA/TIA- 862, ATM, Vídeo, Sistemas de Automação Predial e todos os protocolos LAN anteriores; Certificado Anatel; Cobre eletrolítico, flexível, nu, 7 filamentos de diâmetro nominal de 0,20mm. Capa feita de poliolefina ou polietileno para suportar largura de banda de 250 MHz; U/UTP CAT.6; Conectores: RJ-45 em ambas as pontas. Tipo de Cabo: UTP. Revestimento: PVC / CMX. Número de Pares: 4 Pares. Categoria: Cat6. Tamanho: 0,50m. Normas: ANSI/TIA- 568.2-D (CM); ISO/IEC 11801; UL 444; ABNT NBR 14703; ABNT NBR 14705; ABNT NBR 14565; Certificações: ETL Verified CM 3154906CRT-001c; Anatel 01145-04-00256. Garantia: 12 meses.</p>	437666	UND	1000	21,25	21.250,00
	<p>C A B O R E D E COMPUTADOR / PATCH CORD CAT 6 1,50M - Compatibilidade: Exceder os limites estabelecidos nas</p>					

48	normas para CAT.6; Deve ser fornecido com boot, que garanta o respeito ao raio de curvatura do produto instalado além das tensões inerentes ao processo de instalação; Suporte a IEEE 802.3, 1000 BASE T, 1000 BASE TX, EIA /TIA-854, ANSI-EIA/TIA-862, ATM, Vídeo, Sistemas de Automação Predial e protocolos LAN anteriores; Certificado Anatel; Cobre eletrolítico, flexível, nu, formado por 7 filamentos de diâmetro nominal de 0,20mm. Capa feita de poliolefina ou polietileno e pode suportar largura de banda de 250 MHz. U/UTP CAT.6. Conectores: RJ-45 em ambas as pontas. Tipo de Cabo: UTP. Revestimento: PVC / CMX. Número de Pares: 4 Pares. Categoria: Cat6. Tamanho: 1,50m; Normas: ANSI/TIA-568.2-D (CM); ISO/IEC 11801; UL 444; ABNT NBR 14703; ABNT NBR 14705; ABNT NBR 14565; Certificações: ETL Verified CM 3154906CRT-001c; Anatel 01145-04-00256. Garantia: 12 meses.	437666	UND	800	48,45	38.760,00
	C A B O R E D E COMPUTADOR / PATCH CORD CAT 6 2,50M - Compatibilidade: Exceder os limites estabelecidos nas normas para CAT.6; Deve ser fornecido com boot, que garanta o respeito ao raio de curvatura do produto instalado além das tensões inerentes ao processo de instalação;					

49	<p>Suporte a IEEE 802.3, 1000 BASE T, 1000 BASE TX, EIA/TIA-854, ANSI-EIA/TIA-862, ATM, Vídeo, Sistemas de Automação Predial e protocolos LAN anteriores; Certificado Anatel; Cobre eletrolítico, flexível, nu, formado por 7 filamentos de diâmetro nominal de 0,20mm. Capa feita de poliolefina ou polietileno e pode suportar largura de banda de 250 MHz. U/UTP CAT.6; Conectores: RJ-45 em ambas as pontas. Tipo de Cabo: UTP. Revestimento: PVC / CMX. Número de Pares: 4 Pares. Categoria: Cat6. Tamanho: 2,50m; Normas: ANSI/TIA-568.2-D (CM); ISO/IEC 11801; UL 444; ABNT NBR 14703; ABNT NBR 14705; ABNT NBR 14565; Certificações: ETL Verified CM 3154906CRT-001c; Anatel 01145-04-00256. Garantia: 12 meses.</p>	437667	UND	800	45,85	36.680,00
50	<p>TELEVISOR - Tela: Plana; Tipo de painel: QLED Ultra HD 4K; Informações gerais: Sistema Operacional Google TV; Google Assistente built-in; Compatível com Google Assistente; Compatível com Alexa; Hand Free Voice control. Áudio: Potência de Áudio 20W; Dolby Atmos; DTS-HD & VIRTUAL-X; Canais: 2; Imagem: Resolução 4K; Resolução de tela: 3840 x 2160; Tamanho de tela: 50"; Aspect Ratio 16:9; Taxa de atualização 60 Hz; Dolby vision Vision Gaming; HDR</p>	480490	UND	10	2.786,00	27.860,00

	10; HDR 10+; Micro Dimming; Conectividade: Bluetooth; Wi-Fi 2.4G/5G; Rede cabeada; Saída áudio digital (ótica); Antena; USB; HDMI 3; CEC; Freesync; eARC; ALLM; VRR.					
51	PROTETOR CONTRA SURTO TRANSITÓRIO ELÉTRICO POR RAIOS E DESCARGA ATMOSFÉRICA – Protetor contra surto em cabo ethernet com Poe.	431425	UND	100	187,98	18.798,00
52	RÉGUA ELÉTRICA / RÉGUA PDU - Régua de tomadas PDU Gerenciável Snmp; Min: 8 saídas padrão 2P+T hexagonal.	400431	UND	2	1.271,50	2.543,00

* Foi utilizado o CATMAT com características semelhantes ao objeto deste Termo de Referência. Em caso de divergências, prevalecerão as especificações contidas neste documento. As empresas licitantes deverão elaborar suas propostas com base nas especificações deste Termo de Referência.

OBSERVAÇÕES:

1 - Os licitantes deverão apresentar, quando aplicável, catálogos, folders, imagens, fichas técnicas ou documentos congêneres que permitam a perfeita identificação dos equipamentos, ferramentas e insumos;

2 - Todos os equipamentos deverão ser compatíveis com voltagem de 220V ou bivolt.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados do(a) emissão da assinatura do Termo de Contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 33519114000100-0-000001/2025

II) Data de publicação no PNCP: 14/05/2024

III) Id do item no PCA: 984 a 1002, 1004 a 1024, 1033 a 1041

IV) Classe/Grupo:

- 1550 - AERONAVES TELEGUIADAS (drone)
- 3439 - SUPRIMENTOS E ACESSÓRIOS PARA SOLDAS DIVERSAS, FRACAS E FORTES
- 5110 - FERRAMENTAS MANUAIS DE CORTE, NÃO ACIONADAS POR FORÇA MOTRIZ
- 5120 - FERRAMENTAS MANUAIS SEM CORTE, NÃO ACIONADAS POR FORÇA MOTRIZ
- 5440 - EQUIPAMENTOS PARA MONTAGEM DE ANDAIME E FORMAS DE CONCRETO (escada)
- 5805 - EQUIPAMENTO TELEFÔNICO E TELEGRÁFICO
- 5830 - SISTEMAS DE INTERCOMUNICAÇÃO E AMPLIFICAÇÃO DE VOZ, EXCETO OS DE AERONAVES
- 5835 - EQUIPAMENTOS PARA GRAVAÇÃO E REPRODUÇÃO DE SOM
- 5895 - EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA COMUNICAÇÕES
- 5920 - FUSÍVEIS INTERRUPTORES, ISOLANTES E PROTETORES
- 5935 - CONECTORES ELÉTRICOS
- 5965 - FONES, MICROFONES E ALTO-FALANTES
- 5999 - COMPONENTES ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS DIVERSOS
- 6145 - FIOS E CABOS ELÉTRICOS
- 6210 - APARELHOS DE ILUMINAÇÃO ELÉTRICA DE USO INTERNO E EXTERNO
- 6625 - INSTRUMENTO DE TESTE E DE MEDIÇÃO DE PROPRIEDADES ELÉTRICAS E ELETRÔNICAS
- 6720 - CÂMERAS FOTOGRÁFICAS
- 6750 - SUPRIMENTOS FOTOGRÁFICOS
- 6760 - EQUIPAMENTO FOTOGRÁFICO E ACESSÓRIOS
- 7020 - IMPRESSORAS
- 7050 - EQUIPAMENTOS DE REDE DE TIC - LOCAL E REMOTA
- 7060 - PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA COMPUTADORES
- 7080 - PEÇAS, ACESSÓRIOS E FERRAMENTAS PARA REDES DE TIC
- 7730 - FONÓGRAFOS, RÁDIOS E TELEVISORES DE TIPO DOMÉSTICO

V) Identificador da Futura Contratação: 156680-25/2025

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Os bens a serem comercializados devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

4.1.2. Para APARELHOS ELÉTRICOS EM GERAL (ODS 7, 11, 12 e 13) - só será admitida a oferta do produto que possua a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia - ENCE, na(s) classe(s) obrigatórias, nos termos da Portaria INMETRO que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade - RAC do produto e trata da etiquetagem compulsória;

4.1.3. Para PILHAS OU BATERIAS (ODS 3, 6, 11, 12) - só será admitida a oferta de pilhas e baterias cuja composição respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio admitidos na Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, para cada tipo de produto, conforme laudo físico-químico de composição elaborado por laboratório acreditado pelo INMETRO, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012;

4.1.4. Para BENS DE INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO (ODS 8,9,12 e 17) - só será admitida a oferta de bens dessa categoria que cumpram os critérios de segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética, previstos na Portaria nº 304, de 2023 do INMETRO;

4.1.5. No que se aplicar, e se for o caso, para os itens cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 6/2013.

4.2. A CONTRATADA deverá se comprometer a observar as Diretrizes e Princípios Gerais estabelecidos pela Universidade Federal do Delta do Parnaíba relacionados à responsabilidade socioambiental e demais fatores e critérios de Sustentabilidade definidos no Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) da UFDPAr, aprovado pela Resolução CONSUNI Nº 87, de 05 de setembro de 2024, que, junto com os demais planos institucionais (PDI, PDTIC e Plano de Contratações Anual), alinham-se aos instrumentos normativos federais, demonstrando o compromisso da instituição com a responsabilidade ambiental, observando especialmente os seguintes:

- PD04 - Observar e incentivar o princípio do desenvolvimento nacional sustentável nas licitações e contratos.
- PD05 - Considerar o ciclo de vida do objeto e os custos indiretos na avaliação da proposta mais vantajosa para a administração.
- PD08 - Priorizar, nas aquisições e contratações governamentais, produtos reciclados e recicláveis, bem como bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis.

Subcontratação

4.4. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

Garantia da contratação

4.6. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do(a) assinatura do Termo de Contrato, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:

5.3.1. Divisão de Controle de Patrimônio - Av. São Sebastião, 2819 - Nossa Sra. de Fátima, Parnaíba - PI, 64202-020, no horário das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min

5.4 Nos termos da IN 05/2017, é vedada à Administração ou aos seus servidores praticar atos de ingerência na administração da contratada, a exemplo de:

5.4.1 indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

5.4.2 estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do Contratado;

5.4.3 demandar a funcionário do Contratado a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;

5.4.4 realizar outras exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do Contratado.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 9 (nove) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.6. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.7. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.8. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.9. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.10. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.11. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.12. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.13. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.14. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.15. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.1.1 Da Convocação para assinar o Contrato ou aceitar o instrumento equivalente:

6.1.1.1 Após a homologação da licitação, será dada providência para realizar a contratação, para ser firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

6.1.1.2 O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias contados a partir da data de sua convocação, para comparecer ao órgão e assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nesta contratação.

6.1.1.2.1 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência eletrônica, disponibilização de acesso a sistema de processo eletrônico para esse fim para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento da comunicação eletrônica.

6.1.1.3 O prazo previsto nos subitens 6.1.1.2 e 6.1.1.2.1 poderão ser prorrogados por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

6.1.1.4 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

6.1.1.4.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida;

6.1.1.4.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital e seus anexos;

6.1.1.4.3 no caso de rescisão observar-se as disposições da Lei nº 14.1333, de 2021.

6.1.1.5 O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

6.1.1.6 Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

6.1.1.7 Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

6.1.1.8 Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no Edital e seus anexos.

6.1.2 Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital e seus anexos, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

6.1.3 Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar ou se omitir a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7.2. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1. o prazo de validade;

7.10.2. a data da emissão;

7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.10.5. o valor a pagar; e

7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.24. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.24.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.25. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.26. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.27. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.28. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.13. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.25. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.25.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.25.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.25.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.25.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.26. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido de 5% (cinco por cento) do valor total estimado da parcela pertinente.

8.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.29. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.29.1. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.29.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.29.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.30. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.30.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.30.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.30.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.30.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.30.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.30.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.30.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 640.960,57

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 640.960,57 (seiscentos e quarenta mil novecentos e sessenta reais e cinquenta e sete centavos), conforme custos unitários apostos na tabela do item 1.1.

9.2. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

9.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Portaria PRAD/UFDPar nº 76, de 20 de agosto de 2024

LUIS FERNANDO BRAUNA DE MEIRELES

Membro da comissão de contratação

Despacho: Portaria PRAD/UFDPar nº 76, de 20 de agosto de 2024

ROBERTA ROZIMEIRE BARSANULFO DE FREITAS VIANA

Membro da comissão de contratação

Despacho: Portaria PRAD/UFDPar nº 76, de 20 de agosto de 2024

LEONARDO COSTA E SILVA

Membro da comissão de contratação

Despacho: Portaria nº 164, de 27 de março de 2024

SILMAR SILVA TEIXEIRA

Autoridade competente

Estudo Técnico Preliminar 57/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 23855.003404/2023-53

2. REVISÃO

Estudo Técnico Preliminar REVISADO para atender ao Despacho nº 100/2024 – CLPRAD/UFDPar (fl. 154), e em razão de modificações no processo.

3. Descrição da necessidade

A revisão do presente estudo técnico visa estabelecer a necessidade de realização de licitação com procedimento de Registro de Preços para a aquisição de equipamentos, ferramentas e insumos para atender às necessidades da Coordenadoria de Comunicação Institucional (CCI) e demais setores da Pró-Reitoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (PROTIC).

Essa aquisição abrange uma variedade de materiais, incluindo aqueles destinados à infraestrutura de rede, sistemas informatizados, além dos equipamentos que buscam aprimorar a comunicação institucional. Um aspecto fundamental é o atendimento dos projetos de audiovisual da CCI, que é responsável pela criação e publicação de imagens e vídeos, além de transmissões ao vivo para as redes sociais da UFDPar. Atualmente, a CCI não dispõe de equipamentos adequados que permitam a realização plena desses serviços, e a contratação proposta permitirá uma significativa melhoria na qualidade das imagens e vídeos postados, bem como na capacidade de cobertura de atividades e eventos realizados por docentes, discentes e pela gestão da universidade, promovendo um melhor acesso à informação e publicidade das ações institucionais.

Ademais, é notável a necessidade de aquisição de outros equipamentos, ferramentas e utensílios que supram os setores da UFDPar com instrumentos necessários para o adequado desempenho de suas funções.

Vale ressaltar que a Equipe de Planejamento da Contratação, inicialmente designada pela Portaria nº 66, de 19/06/2023, foi alterada pela Portaria nº 76, de 20/08/2024 e que, com fundamento nos princípios da eficiência e da economicidade, o quantitativo de itens a serem adquiridos foi acrescido em decorrência da inclusão de outros bens comuns e de natureza similar que integravam outro processo de contratação (Processo nº 23855.005748/2024-06). Esses itens foram removidos do processo original por estarem classificados conjuntamente com itens de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), os quais demandam tratamento específico, em conformidade com norma específica e manual de procedimentos próprio editado pela Advocacia-Geral da União (AGU). Dessa forma, visando à eficiência processual, operacional e logística, decidiu-se pelo remanejamento dos itens não-TIC para o presente processo, agrupando-os com itens de natureza similar.

Por conseguinte, esta contratação consolida as demandas previstas nos PCAs 2023 e 2024, não atendidas, bem como as do PCA 2025, previstas no Documento de Formalização da Demanda (DFD) nº 221/2024 e seu complemento (DFD nº 10/2025).

Assim, a necessidade de contratação envolve os seguintes tipos de bens:

- Adaptador de iPhone fêmea para USB-C macho
- Estabilizador para smartphone Android e iOS
- Iluminador para filmagem
- Tripé câmera profissional 1,80 metros + suporte celular
- Caixa de som amplificada acústica ativa bluetooth profissional 200 WRMS
- Mesa de som portátil
- Microfone de lapela sem fio
- Microfone sem fio duplo profissional
- Pedestal para microfone
- Câmera fotográfica digital DSLR com 24.1MP, 3"
- Lente objetiva de máquina fotográfica EF 50mm
- Lente objetiva de máquina fotográfica EF-S 24mm
- Kit iluminação externa 40w + tripé

- Sistema iluminação/fotografia/tela de projeção (fundo chromakey)
- Aeronave remotamente pilotada (Drone)
- Conjunto de iluminação tipo estúdio audiovisual
- Gravador e reproduzidor de som portátil
- Microfone de mesa com fio
- Cabo para microfone P10
- Teleprompter
- Impressora de cartão/crachá
- Conector RJ45 Cat6 macho
- Conector RJ45 Cat6 fêmea
- Chave de fenda ponta chata 3/16x4"
- Chave de fenda clipe 1/8x3"
- Chave de fenda ponta cruzada 1/8x3"
- Chave de fenda ponta cruzada 3/16x4"
- Chave de fenda ponta cruzada 1/4x4"
- Testador de rede RJ-45
- Ferro de Solda 60w, 220v
- Multímetro Digital Portátil
- Solda Estanho 1mm 60x40
- Escada extensível de alumínio / escada articulada
- Escada extensível de alumínio / escada doméstica tipo tesoura
- Alicates de corte universal 1000V
- Alicates bico meia cana reto sem corte 6,5 Pol
- Alicates de corte diagonal 6 pol. isolado 1000 V
- Alicates para crimpar Rede RJ45
- Unidade de disco tipo SSD 960GB 2.5"
- Unidade de disco tipo HDD 2.4TB 2.5"
- Unidade de disco tipo SSD 1TB 2.5"
- Unidade de disco tipo SSD 1TB m.2
- Memória RAM DDR3
- Memória RAM DDR4
- Cabo de rede ethernet UTP
- Cabo de rede ethernet F/UTP
- Cabo de rede Patch Cord CAT 6 0,50m
- Cabo de rede Patch Cord CAT 6 1,50m
- Cabo de rede Patch Cord CAT 6 2,50m
- Televisor 50"
- Protetor contra surto transitório elétrico por raios e descarga atmosférica
- Régua de tomadas PDU

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

As definições de requisitos deste Estudo Técnico Preliminar (ETP) constituem uma versão simplificada das especificações técnicas da solução a ser contratada. Diante disso, a definição dos requisitos da contratação requereu um detalhamento cuidadoso diante da demanda e a colaboração entre os integrantes das unidades requisitantes, com o intuito de contemplar as exigências que a solução contratada deverá atender, incluindo os requisitos mínimos de qualidade, de modo a possibilitar a seleção da proposta mais vantajosa mediante competição.

Assim sendo, foram selecionados aspectos e características relevantes que subsidiaram as decisões e a escolha da solução mais apropriada. Os requisitos considerados fundamentais para essa escolha abrangeram diversas dimensões que impactarão diretamente na eficácia e na eficiência dos bens a serem adquiridos. Um dos pilares dessa definição foram os requisitos legais, que garantem a **conformidade com a legislação vigente**. A contratação observará a Lei nº 14.133/20, de 1º de abril de 2021, que regula as Licitações e Contratos Administrativos, bem como a Instrução Normativa SEGES nº 58, de 08 de agosto de 2022. O cumprimento dessas normas assegurará que a aquisição seja realizada de maneira transparente, respeitando os princípios da administração pública.

Os **equipamentos de audiovisual** deverão, no mínimo, construir um ambiente propício para as fases de pré-produção, produção e pós-produção de filmagens, fotografias, gravação de áudio/música e captura de movimento, com equipamentos de qualidade assegurada e de última geração, a fim de tornar o ambiente de uso constante e eficiente pelo maior tempo possível.

A escolha da solução atenderá também, no que couber:

- Aos critérios de sustentabilidade ambiental, sobre os quais destacam-se o Decreto nº 7.746/2012, que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e a Lei nº 12.305/2010, que institui a política de resíduos sólidos;
- À observação e atendimento dos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança definidos em normas técnicas elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, conforme os termos da Lei nº 4.150/1962;
- À exigência de que os materiais deverão ser genuínos, na forma das descrições dos itens, não sendo aceitos materiais compatíveis e/ou remanufaturados, salvo prévia anuência da UFDPAr, mediante previsão na licitação;
- Aos registros dos bens nos órgãos competentes, quando obrigatórios;
- Aos padrões mínimos de qualidade que possam ser exigidos para alguns itens, na forma das descrições dos itens, e ao tempo de validade mínimo de dois anos ou contemplando 75% do prazo ainda viável do produto, quando aplicável;
- À entrega dos bens em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.

Os requisitos de **garantia** constarão na descrição dos itens, quando necessária. Essa proteção contra defeitos de fabricação assegurará que os equipamentos e ferramentas estejam cobertos sem custos adicionais.

Quanto aos critérios de **sustentabilidade** desta aquisição, que também deverão ser consignados no Termo de Referência, atendem ao previsto no Art. 9º, II, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 58, de 2022 e no Parecer n. 00001/2021/CNS/CGU /AGU, da Consultoria-Geral da União, aprovado nos termos do Despacho n. 00525/2021/GAB/CGU/AGU (NUP: 00688.000723 /2019-45), que consolida o entendimento de que *“a administração pública é obrigada a adotar critérios e práticas de sustentabilidade socioambiental e de acessibilidade nas contratações públicas, nas fases de planejamento, seleção de fornecedor, execução contratual, fiscalização e na gestão dos resíduos sólidos.”*

Dessa forma, deverão ser considerados na aquisição os seguintes princípios e diretrizes do Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS 2024-2026) da UFDPAr, aprovado pela Resolução CONSUNI Nº 87, de 13 de setembro de 2024, que, junto com os demais planos institucionais (PDI, PDTIC e Plano de Contratações Anual), alinham-se aos instrumentos normativos federais, demonstrando o compromisso da instituição com a responsabilidade ambiental:

- **PD04** - Observar e incentivar o princípio do desenvolvimento nacional sustentável nas licitações e contratos;
- **PD05** - Considerar o ciclo de vida do objeto e os custos indiretos na avaliação da proposta mais vantajosa para a administração;
- **PD08** - Priorizar, nas aquisições e contratações governamentais, produtos reciclados e recicláveis, bem como bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis.

Além dos critérios acima, deverão ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (7ª edição), quanto aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) definidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) para extensão e alcance da sustentabilidade:

- Para APARELHOS ELÉTRICOS EM GERAL (ODS 7, 11, 12 e 13) - só será admitida a oferta do produto que possua a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia - ENCE, na(s) classe(s) obrigatórias, nos termos da Portaria INMETRO que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade - RAC do produto e trata da etiquetagem compulsória;
- Para PILHAS OU BATERIAS (ODS 3, 6, 11, 12) - só será admitida a oferta de pilhas e baterias cuja composição respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio admitidos na Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, para cada tipo de produto, conforme laudo físico-químico de composição elaborado por laboratório acreditado pelo INMETRO, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012;
- Para BENS DE INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO (ODS 8,9,12 e 17) - só será admitida a oferta de bens dessa categoria que cumpram os critérios de segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética, previstos na Portaria nº 304, de 2023 do INMETRO.

Quando for convocado pela UFDPAr, como critérios de sustentabilidade, caberá ao fornecedor apresentar uma declaração de que atende a normas ambientais de descarte de lixo, e declarar que os bens serão, preferencialmente, acondicionados em embalagem adequada (preferencialmente uma única embalagem), com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

Deverá apresentar, ainda como atendimento de critério de sustentabilidade, uma declaração que assume a responsabilidade social na forma das leis:

- Não empregar menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição (Declaração de menor);

- Não possuir, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal (Declaração de não utilização de trabalho degradante ou forçado);
- Comprovar o cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atende às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei no 8.213, de 24 de julho de 1991 (Declaração de acessibilidade); e
- Cumprir a cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT (Declaração de cota de aprendizagem).

As **obrigações da Contratada e do Contratante** estão previstas no Termo de Referência.

A empresa contratada deverá obedecer rigorosamente às normas e legislações específicas listadas abaixo, bem como outras que sejam pertinentes ao escopo da contratação:

- Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas;
- ABNT correlatas;
- Normas e especificações constantes no Termo de Referência;
- Normas de Segurança do Trabalho;
- Disposições legais da União e do Governo Local;
- Prescrições e recomendações dos fabricantes relativas ao emprego, uso, transporte e armazenagem do produto;
- Normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT ou para melhor complementar os temas previstos por essa.

Ademais, a empresa deverá cumprir também:

- Cadastro regular no SICAF e ausência de impedimentos para contratar.

Requisitos de Habilitação

Tendo em vista que a natureza do objeto não exige maior especialidade do fornecedor, o Tribunal de Contas da União entende que os requisitos de habilitação podem ser os mínimos possíveis, conforme decisões abaixo:

No presente caso, a modalidade de licitação e o pregão, e, de acordo com o Decreto no 3.555/2000, art.13, as exigências de habilitação devem seguir o disposto na Lei no 8.666/1993, ou seja, os requisitos devem obedecer, exclusivamente, ao disposto no art. 27 e seguintes da Lei de Licitações. De acordo com Marçal Justen Filho [Pregão: (Comentários a legislação do pregão comum e eletrônico). 3ª Edição ver. e atual. De acordo com a Lei Federal no 10.520/2002 - São Paulo: Dialética, 2004. Págs. 35, 74 e 91-95.], o pregão, por tratar-se de aquisições de bens e serviços comuns, pressupõe uma necessária simplificação decorrente da ausência de especificidade do objeto licitado, devendo, como regra, ser desnecessária a qualificação técnica para aquisição desses bens e serviços. Neste sentido, o autor lembra que "restringir o cabimento do pregão ao fornecimento de bens e serviços comuns significa, em última análise, reconhecer a desnecessidade de requisitos de habilitação mais severos. Ou seja, não foi casual a reserva do pregão apenas para bens e serviços comuns. Como esses bens estão disponíveis no mercado, segundo tendências padronizadas, presume-se não apenas a desnecessidade de maior investigação acerca do objeto. Também se pode presumir que objetos comuns não demandam maior especialidade do fornecedor. Logo, os requisitos de habilitação podem ser os mínimos possíveis." (Acórdão TCU nº 1729/2008 - Plenário). É inconstitucional e ilegal o estabelecimento de exigências que restrinjam o caráter competitivo dos certames. (Acórdão TCU nº 539/2007 - Plenário). As exigências Editalícias devem limitar-se ao mínimo necessário para o cumprimento do objeto licitado, de modo a evitar a restrição ao caráter competitivo do certame. (Acórdão TCU nº110/2007 - Plenário).

JUSTIFICATIVA PARA VEDAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS EM CONSÓRCIO

Considerando o art. 15 da Lei nº 14.133/2021, que dispõe sobre participação na licitação em forma de consórcio;

Considerando as características elencadas no ETP e Termo de Referência, cujo o vulto é pouco expressivo e que por consequência o dimensionamento do objeto não tornará restrito o universo de possíveis licitantes (isolados) interessados;

Ademais, o objeto deste processo não tem complexidade ou características financeiras que justifique a formação de consórcio para a participação na licitação;

Por estes motivos, fica vedada a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio, ou seja, os consórcios não poderão disputar da licitação deste processo.

JUSTIFICATIVA PARA VEDAÇÃO DA SUBCONTRATAÇÃO

Considerando o art. 122 da Lei nº 14.133/2021, que dispõe sobre subcontratação de partes da obra, do serviço ou do fornecimento;

Considerando as características elencadas no ETP e Termo de Referência, cujo o vulto é pouco expressivo e que por consequência o dimensionamento do objeto não tornará restrito o universo de possíveis licitantes (isolados) interessados.

Por estes motivos, não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

JUSTIFICATIVA SOBRE APRESENTAÇÃO OU NÃO DE AMOSTRA

Considerando o § 3º do art. 17, o inc. II do Art. 41 e §§ 2º e 3º da Lei nº 14.133/2021, que dispõe sobre amostra do objeto, não será exigida amostra, visto que se trata de serviço que possui requisitos de especificações determinados no Termo de Referência e que cuja a verificação de atendimento das exigências do serviço será por meio avaliação da execução do objeto a partir da mensuração de indicadores de resultado.

Ademais, a exigência de amostra mostra-se inconveniente por não ser totalmente essencial à aferição da compatibilidade entre o objeto ofertado e aquele pretendido pela Administração, outrossim a Administração deve evitar incluir exigências demasiadas que poderão prejudicar a competitividade da licitação e ofender a o disposto no art. 37, inciso XXI da Constituição Federal.

JUSTIFICATIVA SOBRE INDICAÇÃO DE MARCAS OU MODELOS

Considerando o art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021, não será incluída nenhuma condição sobre marca/modelo, na contratação do objeto. Ressalta-se que o objeto se enquadra como bem comum, desta forma, não se compatibiliza incluir cláusula que exija marca/modelo de referência/padrão ou mesmo vedação de alguma.

Portanto, não haverá nesta licitação disposição que indique ou vede marcas ou modelos, outrossim, a Administração deve evitar incluir exigências demasiadas que poderão prejudicar a competitividade da licitação e ofender a o disposto no art. 37, inciso XXI da Constituição Federal.

JUSTIFICATIVA SOBRE CARTA DE SOLIDARIEDADE

Considerando o art. 41, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021, o objeto se enquadra como bem comum, desta forma, não se compatibiliza incluir cláusula que exija carta de solidariedade.

Portanto, não haverá nesta licitação disposição que exija tal critério para evitar incluir exigências demasiadas que poderão prejudicar a competitividade da licitação e ofender a o disposto no art. 37, inciso XXI da Constituição Federal.

JUSTIFICATIVA DE GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

Conforme o parâmetro aventado pelo TCU, a garantia deve ser exigida nas contratações de maior valor, envolvendo alta complexidade técnica e riscos financeiros consideráveis (Acórdão nº 3.126/2012 - Plenário).

Vejamos o alerta de Marçal Justen Filho:

“A Lei remete à discricionariedade da Administração a exigência da garantia. Poderá (deverá) ser exigida apenas nas hipóteses em que se faça necessária. Quando inexistirem riscos de lesão ao interesse estatal, a Administração não precisará impor a prestação de garantia.” (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 11ª ed., São Paulo: Dialética, 2005, p. 499)

Desta feita, considerando tratar-se de bem comum e que o objeto apresentou baixo vulto financeiro, não sendo totalmente essencial para a continuidade de todas as atividades realizadas na UFDPAr, torna-se desnecessário que o licitante apresente garantia da contratação. Ademais, os bens deverão ser entregues de forma imediata pelo fornecedor.

JUSTIFICATIVA SOBRE O PAGAMENTO ANTECIPADO

O objeto deste processo já é comumente praticado pelo mercado de forma que o pagamento ocorre após a execução do serviço e, além disso, o pagamento antecipado não se enquadrou como indispensável para a prestação do serviço e nem mesmo possibilitará um ganho de economia de recursos (art. 145, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Desta feita a presente contratação NÃO permite a antecipação de pagamento.

JUSTIFICATIVA QUANTO AO MOMENTO DA DIVULGAÇÃO DO ORÇAMENTO DA LICITAÇÃO

Em observância ao art. 24 da Lei nº 14.133/2021, e diante do objeto e das suas características e requisitos, registra-se que o preço estimado não será sigiloso, visto que não se identificou nenhum motivo que viesse a considerar que o sigilo agregaria maior competitividade à licitação ou vantagem à Administração e nem mesmo há critério de ordem técnica do objeto que merecesse caracterizar o preço como sigiloso.

Desta forma, será público e acessível pelos interessados na licitação.

JUSTIFICATIVA DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

Considerando o inciso IX do art. 18 da Lei nº 14.133/2021 e considerando a classificação do objeto como bem comum, adotar-se-á o critério de julgamento da licitação MENOR PREÇO em relação aos preços estimados, conforme pesquisa de preços praticada no mercado, que é o parâmetro de preço máximo da contratação.

Ademais, não se aplica a este processo justificar critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, pois conforme estabelece o Termo de Referência, este processo se trata de uma licitação com julgamento por menor preço e não de melhor técnica ou técnica e preço.

Enfim, nesta licitação o fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, com adjudicação POR ITEM.

JUSTIFICATIVA LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP

Em licitação ou itens de valor correspondente a até R\$ 80.000,00 deve ser garantida a participação exclusiva de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (ME e EPP), conforme artigo 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e artigo 6º do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015).

Desta feita, no processo licitatório deste ETP deve-se garantir a participação exclusiva de ME/EPP.

5. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Pró-Reitoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (PROTIC)	Silmar Silva Teixeira

6. Levantamento de Mercado

O material a ser adquirido é classificado como bem comum, cuja necessidade é regular nas atividades rotineiras da PROTIC. Este tipo de material é amplamente comercializado no mercado, o que facilita sua aquisição e reposição, sem necessidade de levantamento de soluções alternativas, visto que se trata de material vastamente utilizado e compatível com a grande maioria de equipamentos disponibilizados pelo mercado, restando apenas buscar propostas mais vantajosas quanto ao custo da aquisição.

Qualquer solução escolhida para suprir as necessidades da PROTIC devem considerar a estrutura já existente, bem como os padrões exigidos, proporcionando assim harmonia e bem-estar nos ambientes de trabalho.

A Equipe de Planejamento da Contratação realizou pesquisa de mercado entre compras públicas que pudessem atender às especificações do objeto da contratação pretendida neste procedimento, sendo anexadas propostas de preços de acordo com a Instrução Normativa nº 65/2021, que dispõe:

"Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e hora de acesso;"

Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração desta IFES. Para tanto, adotou-se a estratégia de combinar as cotações relacionadas nos itens de I a III, com o objetivo de mitigar distorções relacionadas aos valores praticados no mercado, e foi feita pesquisa de preços no sistema "Banco de Preços"(www.bancodeprecos.com.br), uma ferramenta que faz pesquisas e compara preços praticados pela administração pública em licitações, tabelas de referência, notas fiscais eletrônicas, além de permitir a comparação com preços de sites de domínio amplo e cotações diretas com fornecedores. O resultado da pesquisa se encontra em anexo a este Estudo Técnico Preliminar.

Diante do exposto, concluiu-se que, dentre as soluções encontradas no mercado e comumente adotada por diversos outros órgãos da Administração Pública Federal, a **aquisição** através de **Pregão Eletrônico** com **Registro de Preços** apresenta-se a melhor solução para a contratação em tela.

7. Descrição da solução como um todo

Aquisição em tela não demandará a utilização de mão de obra com dedicação exclusiva, uma vez que não necessita de disponibilização e/ou locação de mão de obra local onde se encontrarão os bens.

Assim, a solução de mercado que atende aos requisitos especificados para a aquisição dos bens são as seguintes:

- Não se vislumbra outra solução de mercado fora a aquisição direta dos equipamentos, visto que tais equipamentos não podem ser produzidos pela UFDPAr;
- Tais exigências não limitam a participação na licitação, visto que se trata de formas mais usuais de aquisição de equipamentos, para qual o mercado está preparado.

Logo, a solução que atende aos interesses da Administração é a contratação de pessoa jurídica especializada para ofertar bens para atendimento das necessidades da Coordenadoria de Comunicação Institucional e demais setores da PROTIC.

A entrega dos materiais deverá ocorrer no prazo de 30 dias, contados da formalização da solicitação, mediante envio da Nota de Empenho, através de e-mail, em remessa única, no seguinte endereço: Av. São Sebastião, 2819 - Nossa Sra. de Fátima, Parnaíba - PI, 64202-020, Divisão de Controle de Patrimônio no horário das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min.

A contratada deve responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990). Caso o material seja rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações contratadas, deve ser substituído no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Pretende-se adquirir as seguintes quantidades dos itens listados:

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	QTDE
1	Adaptador de iPhone fêmea para USB-C macho	3
2	Estabilizador para smartphone Android e iOS	2

3	Iluminador para filmagem	3
4	Tripé câmera profissional 1,80 metros + suporte celular	3
5	Caixa de som amplificada acústica ativa bluetooth profissional 200 WRMS	3
6	Mesa de som portátil	2
7	Microfone de lapela sem fio	24
8	Microfone sem fio duplo profissional	4
9	Pedestal para microfone	5
10	Câmera fotográfica digital DSLR com 24.1MP, 3"	6
11	Lente objetiva de máquina fotográfica EF 50mm	3
12	Lente objetiva de máquina fotográfica EF-S 24mm	3
13	Kit iluminação externa 40w + tripé	3
14	Sistema iluminação/fotografia/tela de projeção (fundo chromakey)	1
15	Aeronave remotamente pilotada (Drone)	3
16	Conjunto de iluminação tipo estúdio audiovisual	3
17	Gravador e reproduutor de som portátil	3
18	Microfone de mesa com fio	7
19	Cabo para microfone P10	8
20	Teleprompter	4
21	Impressora de cartão/crachá	2
22	Conector RJ45 Cat6 macho	3000
23	Conector RJ45 Cat6 fêmea	600
24	Chave de fenda ponta chata 3/16x4"	6

25	Chave de fenda clipe 1/8x3"	6
26	Chave de fenda ponta cruzada 1/8x3"	6
27	Chave de fenda ponta cruzada 3/16x4"	6
28	Chave de fenda ponta cruzada 1/4x4"	6
29	Testador de rede RJ-45	9
30	Ferro de Solda 60w, 220v	10
31	Multímetro Digital Portátil	10
32	Solda Estanho 1mm 60x40	20
33	Escada extensível de alumínio / escada articulada	4
34	Escada extensível de alumínio / escada doméstica tipo tesoura	4
35	Alicate de corte universal 1000V	8
36	Alicate bico meia cana reto sem corte 6,5 Pol	8
37	Alicate de corte diagonal 6 pol. isolado 1000 V	6
38	Alicate para crimpar Rede RJ45	10
39	Unidade de disco tipo SSD 960GB 2.5"	44
40	Unidade de disco tipo HDD 2.4TB 2.5"	20
41	Unidade de disco tipo SSD 1TB 2.5"	80
42	Unidade de disco tipo SSD 1TB m.2	60
43	Memória RAM DDR3	10
44	Memória RAM DDR4	10
45	Cabo de rede ethernet UTP	50

46	Cabo de rede ethernet F/UTP	30
47	Cabo de rede Patch Cord CAT 6 0,50m	1000
48	Cabo de rede Patch Cord CAT 6 1,50m	800
49	Cabo de rede Patch Cord CAT 6 2,50m	800
50	Televisor 50"	10
51	Protetor contra surto transitório elétrico por raios e descarga atmosférica	100
52	Régua de tomadas PDU	2

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 640.960,57

A estimativa de valor da contratação realizada no presente ETP visa levantar o eventual gasto com a solução escolhida de modo a avaliar a viabilidade econômica da opção, considerando os procedimentos e parâmetros da pesquisa de preço para fins de verificação da conformidade/aceitabilidade da proposta de que trata a Instrução Normativa nº 65, de 07 de Julho de 2021.

Os preços estimados para esta contratação foram os seguintes:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UND	QTDE	VALOR UNITÁRIO PREVISTO (R\$)	VALOR TOTAL PREVISTO (R\$)
1	ADAPTADOR DE IPHONE FÊMEA PARA USB-C MACHO - Adaptador USB Tipo C macho X Compatível Lightning fêmea. Deve servir para carregamento, transferência de dados, para fone e microfone.	620713	UND	3	44,75	134,25
2	ESTABILIZADOR PARA SMARTPHONE ANDROID E IOS - Estabilizador portátil para smartphone com estrutura de três eixos, conexão Bluetooth, compatível com Android e iOS. Deve fornecer movimento estabilizado com inclinação e rotação, permitindo captura suave de vídeos. Alimentação à bateria, conexão USB tipo C, com cabo incluso. Faixas mínimas de alcance de giro: 300°, inclinação: 250° e rotação: 300°. Dimensões aproximadas: 26 x 16 x 6 cm.	602598	UND	2	579,9	1.159,80
3	ILUMINADOR PARA FILMAGEM - Tubo de vídeo LED portátil com luz para fotografia. Lâmpada com luz de preenchimento. Bastão tubo iluminador LED ip67 à prova de chuva, cor da estrutura: preto 110v/220v.	602589	UND	3	349	1.047,00
4	TRIPÉ CÂMERA PROFISSIONAL 1,80 METROS + SUPORTE CELULAR - Tripé telescópico em alumínio, com comprimento fechado de 68 cm e altura máxima de 1,80m. Fabricado em alumínio para facilidade de transporte. Universal (para ser usado por qualquer câmera). Suporte para auxiliar na mudança de posição.	600392	UND	3	869,9	2.609,70

5	CAIXA DE SOM AMPLIFICADA ACÚSTICA ATIVA BLUETOOTH PROFISSIONAL - Potência: 200 WRMS; Conectividade Bluetooth, USB, SD Card (até 32GB) e rádio FM. Entradas P10 para microfones e instrumentos, design compacto com alça de transporte e suporte para tripé. Alto-falante de 10" e tweeter. Deve poder ser conectada a uma segunda caixa passiva para som estéreo, alimentação seletora de 127/220V. Dimensões aproximadas: 47x33x32 cm Peso médio: 13 kg.	454454	UND	3	1.400,00	4.200,00
6	MESA DE SOM PORTÁTIL - Mesa de som de 10 canais, sendo 04 entradas XLR e/ou P10, com botão Gain e equalizadores de grave, médio e agudo, 04 entradas P10 e 02 P10 ou RCA com equalizadores de grave, médio e agudo, saídas 02 XLR e 02 P10, saída auxiliar: 01 P10, saída de monitor: 02 P10, saída de fone: 01 P10, sistema de alimentação Phantom Power +48v, com display de VU indicando o volume de saída.	293223	UND	2	4.634,04	9.268,08
7	MICROFONE DE LAPELA SEM FIO - Para dispositivos iOS e Android. Anti ruído com dois adaptadores, transmissão sem fio 200m, mínimo de 8 horas de duração da bateria, compatível com câmeras DSLR /iPhone /Android /Stream ao Vivo.	375293	UND	24	188,43	4.522,32
8	MICROFONE SEM FIO DUPLO PROFISSIONAL - Sistemas simultâneos por banda: até 12; analógico; faixa de frequência: 542-572 MHz; faixa de operação: 300 pés; linha de visão; resposta de frequência: 50Hz-15kHz; microfone incluído; seleção de canal: auto/manual; tipo: dinâmico; padrão polar: cardioide; resposta de frequência: 50Hz-16kHz; transmissor: fator de forma: portátil com mic capsule; faixa dinâmica: 100dB (ponderado A); tipo de bateria: 2 x AA; vida útil da bateria: até 14 horas; dimensões aproximadas: 8,8" x 2,1"; peso: 0,48 libras; receptor: tipo de antena: fixo; tipo: tampo da mesa; saídas: 2 x XLR (microfone), 2 x 1/4 (instrumento); fonte de alimentação: 12-15 V DC.	299686	UND	4	480	1.920,00
9	PEDESTAL PARA MICROFONE – Material Base Sustentação: Aço Carbono; Tipo: Girafa com cachimbo; Formato Base: Tripé Dobrável; Acabamento Superficial: Pintura Eletrostática; Tipo Haste: Telescópica; Características Adicionais: Haste Com Regulagem De Altura E Inclinação; Altura média: 1,95 m.	456779	UND	5	381,2	1.906,00
10	CÂMERA FOTOGRÁFICA DIGITAL - Câmera DSLR com 24.1MP, 3" - Câmera com a capacidade de gravar vídeos em 4K, Dual Pixel AF e tela LCD com ângulo variável, tela sensível ao toque LCD angular de 3,0 polegadas; tecnologia embutida Wi-fi, Bluetooth; e entrada para microfone externo; processador de Imagem DIGIC8- ISO 100-25600.	611514	UND	6	4.746,58	28.479,48
11	LENTE OBJETIVA DE MÁQUINA FOTOGRÁFICA - Lente EF 50mm f/1.2L USM.	613211	UND	3	3.339,00	10.017,00
12	LENTE OBJETIVA DE MÁQUINA FOTOGRÁFICA - Lente EF-S 24mm f/2.8 STM.	613209	UND	3	905	2.715,00
13	KIT ILUMINAÇÃO EXTERNA – Kit iluminação 40w + tripé - Kit luz contínua softbox 50 X 70 + tripé 2m estúdio vídeo.	387868	UND	3	1.083,26	3.249,78

14	SISTEMA ILUMINAÇÃO / FOTOGRAFIA / TELA DE PROJEÇÃO - Fundo Chroma Key Tecido de cor Verde para aplicação de fundo infinito, chromakey (aplicação fundo infinito de cor verde para estúdio) com 3 m de largura e comprimento de no mínimo 5 m; Deve acompanhar um suporte para fundo infinito com dois tripés com altura máxima de 2,40 m ou superior e barras cilíndricas modulares que pode ser montada com largura máxima de 3 m ou superior. Deve acompanhar pelo menos 4 grampos (alicate com garras para fundo infinitos) para fixação do tecido. Modelo de referência: Worldview Kit Suporte Estande e Fundo Infinito ChromaKey.	353830	UND	1	950	950,00
15	AERONAVE REMOTAMENTE PILOTADA (DRONE) - Drone GPS profissional com câmera 4K HD, equipado com câmera 4K com kit fly, armaz. 8 G, bateria de voo inteligente cap. 3850 mAh, 15,4 V, compatível com micro SD de até 128 GB.	614916	UND	3	9.898,79	29.696,37
16	CONJUNTO ILUMINAÇÃO TIPO ESTÚDIO AUDIVISUAL -Equipado com lâmpada fluorescente, potência lâmpada 150 W; contendo: Softbox, tripé e lâmpada.	477899	UND	3	1.378,09	4.134,27
17	GRAVADOR E REPRODUTOR DE SOM TIPO PORTÁTIL - Gravador e reprodutor de som - Gravador de áudio interface de hardware USB, número de baterias 2 AA baterias ou pilhas necessárias (inclusas), dimensões aproximadas (c x l x a) 11.5 x 2.1 x 3.8 centímetros, capacidade de armazenamento da memória 4048 mb, painel LCD que mostre gravação e reprodução de informações em caracteres grandes e legíveis, luminoso brilhante, luz de fundo LCD que garanta uma boa visibilidade.	470926	UND	3	1.394,00	4.182,00
18	MICROFONE TIPO DE MESA - Microfone de mesa c/fio - Microfone gooseneck de mesa, tipo: condensador haste flexível; diretividade: direcional; padrão polar: cardioide; resposta de frequência: 60Hz-18000Hz; impedância de saída: 680ohm; sensibilidade: -46dB ± 2DB; alimentação: bateria 9v / Phantom Power 48v; cabo: 5m.	480211	UND	7	949,5	6.646,50
19	CABO PARA MICROFONE P10 - Cabo plug XLR/P10 (mono) - Plug P10 em metal/Plug XLR em metal e plástico (base). Composto por zinco, aço, alumínio, cobre e PVC. 10 metros.	414177	UND	8	88	704,00
20	TELEPROMPTER - Construído em alumínio industrial e aço, leve, resistente com pintura eletrostática na cor preta; Tamanho a partir de 12,9 polegadas; Espelho cristal ≥ 1,2mm ou ≤ 3mm de espessura com tratamento óptico; Captação de imagens internas e externas; Velcro adesivo para fixar na bandeja tablets e celulares; Compatível com qualquer tripé da linha vídeo; Câmara escura em korino; Suporte do sistema óptico ajustável na altura e ajuste da câmera na distância do espelho reflexivo; Peso: ≥ 1,8 kg; Dimensões aproximadas: 42 profundidade 33 largura 28 altura; Tamanho aproximado da bandeja: 320 largura x 230 profundidade mm x 349; Para tablets ≥ 12,9"; Par de máscara anti-ofuscamento lateral em korino preto; Manipulo de 1/4" para fixar a câmera.	392869	UND	4	2.783,00	11.132,00
21	IMPRESSORA DE CARTÃO / CRACHÁ - Capacidade mínima de 144 cartões/hora a 5 cores, capacidade memória 2 MB, resolução mínima 300 DPI, material cartão PVC e PVC composto, tamanho ISO CR-80 e ISO- 7810 (standard 54 x 86 mm), interface comunicação paralela centronics, serial RS-232C, voltagem 110 V, frequência 60HZ.	268307	UND	2	8.347,50	16.695,00

22	CONECTOR RJ45 CAT6 MACHO - Material Policarbonato; Condutores Banhados a Ouro; Compatível com todas as Interfaces RJ45 Fêmea; Design Blindado; Tipo: RJ45; Condutores Resistentes à corrosão; Compatível com CAT6/CAT5E.	375963	UND	3000	0,6	1.800,00
23	CONECTOR RJ45 CAT6 FÊMEA - Suporta conexões de até 1000 Mbps; Suporta condutores de 22 a 26 AWG / Material Conector RJ45 Encaixe: ABS+PC, UL94V-0 Suporte RJ45: PBT+Glass Fiber, UL 94V-0. / Conexões T568A & T568B. Performance do canal para até 4 conexões em canais de até 100 metros; Suporte a IEEE 802.3, 1000 BASE T, 1000 BASE TX, EIA/TIA-854, ANSI-EIA/TIA-862, ATM, vídeo, sistemas de automação predial e todos os protocolos LAN anteriores	469535	UND	600	5,4	3.240,00
24	CHAVE DE FENDA PONTA CHATA 3/16X4" - Haste em aço cromo vanádio temperada; Acabamento cromado; Ponta fosfatizada e magnetizada; Cabo com dupla injeção em PP e borracha; DIN ISO 2380; Ponta chata; Tamanho: 5x100mm (3/16x4").	483652	UND	6	16,09	96,54
25	CHAVE DE FENDA CLIPE 1/8X3" - Haste em aço cromo vanádio temperada; Acabamento cromado; Ponta fosfatizada e magnetizada; Cabo injetado (DIN ISO 2380).	468508	UND	6	14,4	86,40
26	CHAVE DE FENDA PONTA CRUZADA 1/8X3" - Haste em aço cromo vanádio temperada; Acabamento cromado; Ponta fosfatizada e magnetizada; Cabo injetado; Apoio giratório; DIN ISO 8764.	468508	UND	6	11,95	71,70
27	CHAVE DE FENDA PONTA CRUZADA 3/16X4" - Haste em aço cromo vanádio temperada; Acabamento cromado; Ponta fosfatizada e magnetizada; Cabo injetado.	337652	UND	6	11,67	70,02
28	CHAVE DE FENDA PONTA CRUZADA 1/4X4" - Haste em aço cromo vanádio temperada; Acabamento cromado; Ponta fosfatizada e magnetizada; Cabo injetado; Apoio giratório; DIN ISO 8764; Ponta cruzada.	388040	UND	6	15,32	91,92
29	TESTADOR DE REDE RJ-45 - Compatibilidade com RJ11 e RJ45; Para testes de rede de telefonia e internet; Testador eletrônico de cabeamento de redes de computador; Botão de posição (ligado, desligado); Alimentação: Bateria 9V inclusa; Para cabos com conectores RJ15 e RJ45; Testa continuidade 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e G (terra); Verifica conexão trocada, curto aberto e cruzado; 2 modos de teste rápido: testador master e testador apoio.	344557	UND	9	169,94	1.529,46
30	FERRO DE SOLDA 60W, 220V - Potência ajustável profissional 480c-110v; Tipo de ferro de solda: Lápiz; Potência: 60 W; Diâmetro do eletrodo: 1 mm; Material da ponta: Cobre; Luz LED; Ponta removível; Suporte; Temperatura máxima: 480 °C.	372138	UND	10	40,6	406,00
	MULTÍMETRO DIGITAL PORTÁTIL - Instrumento digital portátil TRUE RMS, com LCD de 3 ¾ dígitos com iluminação, de acordo com a categoria IV 600V de segurança; Holster protetor; Congelamento de leitura; Modo relativo; Desligamento automático e mudança de faixa automática; Medidas de tensão DC e AC, corrente DC e AC, resistência, capacitância, frequência, duty cycle, temperatura e testes de diodo e continuidade. Especificações: - Display: 3 ¾ dígitos (4000 Contagens). - Indicação de Sobrefaixa: Indicação "OL" no display; Indicação de bateria fraca quando a tensão da bateria estiver abaixo da					

31	nominal para operação; Mudança de Faixa Automática; Data Hold - Desligamento Automático Após: Aprox. 20 minutos; Ambiente de Operação: 0° C a 40°C (32°F a 104°F), RH < 80; Ambiente de Armazenamento: -20°C a 60° C (-4°F a 140°F), RH < 80; Coeficiente de Temperatura: 0,1 x (precisão especificada) por °C, < 18°C ou > 28°C; Uso Interno; Altitude Máxima de Operação: 2000m; Alimentação: 1 x 9V (6F22, NEDA1604 ou 006P); Segurança: IEC1010 Sobretensão e Dupla Isolação, Categoria III 1000V / Categoria IV 600V.	603537	UND	10	250,14	2.501,40
32	SOLDA ESTANHO 1MM 60X40 - Solda fio estanho 500g 60X40 1MM C/ Fluxo RA (T2) Rolo 500G; Características da pasta para solda: Ponto de Fusão: 70°C; Concentração de Halogênios: 11,5%; Ponto de Decomposição: 250°C; Conforme Norma Técnica da Aplicação da ABNT - NBR 16345; Produzido de acordo com a Norma Técnica ASTM – B-813.	319882	UND	20	155	3.100,00
33	ESCADA EXTENSÍVEL DE ALUMÍNIO / ESCADA ARTICULADA - Tipo de posição: Multifuncional; Materiais da estrutura: Alumínio; Quantidade de degraus: 12; Altura máxima da escada 3,5 m; Altura da escada fechada 1 m; Largura da escada 28.5 cm; Extensível; Dobrável; Peso máximo suportado: 150 kg; Altura da escada andaime 0.87 m; Altura da escada tesoura 1.45 m; Quantidade de posições: 13; Degraus antiderrapantes; Pés antiderrapantes.	311521	UND	4	612,22	2.448,88
34	ESCADA EXTENSÍVEL DE ALUMÍNIO / ESCADA DOMÉSTICA TIPO TESOURA - Tipo de posição: Tesoura; Materiais da estrutura: Alumínio; Quantidade de degraus 6; Altura máxima da escada 1,78 m; Altura da escada fechada 1,93 m; Largura da escada 12 cm / Dobrável; Peso máximo suportado: 120 kg; Degraus antiderrapantes; Pés antiderrapantes; Trava de segurança; Cintas anti-pinch.	395487	UND	4	249,66	998,64
35	ALICATE UNIVERSAL - Alicate de corte universal 1000V - Forjado e temperado em aço carbono; Cabos ergonômicos com isolamento 1000V; Tamanho: 8".	402035	UND	8	30,2	241,60
36	ALICATE BICO MEIA CANA RETO SEM CORTE - Alicate de Bico Meia Cana 6,5 Pol; Fabricado em aço especial; Acabamento polido; Cabo ergonômico, abas protetoras arredondadas; Articulação suave, para facilitar o uso e proporcionar menos esforço; Comprimento: 6,5" (165mm).	215143	UND	8	38	304,00
37	ALICATE DE CORTE – Alicate de Corte diagonal 6 Pol. Isolado 1000 V; Corpo forjado em aço especial e temperado; Acabamento fosfatizado; Cabeça e articulação lixadas; Têmpera especial no gume de corte e mandíbulas; Conformidade com a NBR 9699 e NR10; Isolação 1.000 V para uso em locais com baixas tensões de até 1.000 V em corrente alternada.	336881	UND	6	46,16	276,96
38	ALICATE PARA CRIMPAR - Alicate de Crimpar Rede Rj45 - Ajuste categorias entre Cat7 e Cat6E / Cat5E - Modelos de conectores RJ45 / RJ12 / RJ11 de 4, 6 ou 8 vias; Compatível conectores de passagem com a frente vazada do tipo Easy Crimp; Compatível conectores padrão; Acabamento antiderrapante; Lâminas de corte de excesso; Material: Plástico + metal.	291168	UND	10	66,06	660,60
39	UNIDADE DISCO TIPO: DISCO SSD - SSD 960GB 2.5"; Compatível com Servidor Dell Poweredge R650; Capacidade: min: 960GB; Interface: SATA RI 6Gb/s; Formato: 2.5" Hot Plug.	604131	UND	44	1.448,30	63.725,20

40	UNIDADE DISCO TIPO: RÍGIDO - HDD 2.4TB 2.5"; Capacidade: 2.4TB; 10K RPM; Self-Encrypting SAS; 12Gbps 512e 2.5in; Hot-plug Hard Drive; FIPS140.	473248	UND	20	2.779,19	55.583,80
41	UNIDADE DISCO TIPO: DISCO SSD - SSD 1TB 2.5"; Capacidade: 1TB; Formato: 2.5"; Interface: SATA 6 Gb/s, compatível com interface SATA 3 Gb/s e SATA 1,5 Gb/s; leitura sequencial 560MB/S, escrita sequencial 530MB/S.	604130	UND	80	690	55.200,00
42	UNIDADE DISCO TIPO: DISCO SSD - SSD 1TB m.2; Capacidade: 1 TB; PCIe Gen4x4, M.2 2280, NVMe, Leitura: 7400MB/s e Gravação: 5500MB/s, 3D NAND.	601758	UND	60	769	46.140,00
43	MEMÓRIA RAM - Memória RAM DDR3 - Capacidade total: 8 GB; Velocidade: 2400 MHz; Tecnologia: DDR3L SDRAM; Formato: UDIMM.	473420	UND	10	104	1.040,00
44	MEMÓRIA RAM - Memória RAM DDR4 - Capacidade total: 8 GB; Latência SPD 15-15-15-36; Velocidade SPD 2133MHz; Voltagem SPD 1.2V; Latência testada 16-20-20-38; Velocidade testada 3000 MT/s; Voltagem testada 1.35V.	604331	UND	10	238,01	2.380,10
45	CABO REDE COMPUTADOR / CABO DE REDE ETHERNET UTP - Cabo para transmissão de dados Multilan Categoria 6 sem blindagem, para uso interno; Medida: 305m; Deve suportar: GIGABIT ETHERNET, IEEE 802.3ab; 1000 baseT, IEEE 802.3an; 100BASE-TX, IEEE 802.3u; 100BASE-T4, IEEE 802.3u; 100vg-AnyLAN, IEEE802.12; ATM -155 (UTP); AF-PHY-OO15.000; AF-PHY-0018.000; TP-PMD, ANSI X3T9.5; 10BASE-T, IEEE802.3; TOKEN RING, IEEE802.5; 3X-AS400, IBM; TSB-155; ATM LAN 1.2 Gbit/s, AF-PHY0162.000 2001; NEC Artigo 800; Categoria CAT.6; Ambiente de Instalação Interno; Ambiente de Operação Não agressivo; Compatibilidade com toda a linha FCS; Conectores e patch panels CAT.6; Condutor fio sólido de cobre eletrolítico nu; Bitola do condutor de 24AWG; Isolamento: Polietileno de alta densidade com diâmetro nominal 1.0mm; Par: Condutores isolados reunidos dois a dois, formando o par. Passos de torcimento devem atender os níveis de diafonia previstos e minimizar o deslocamento relativo entre si. Quantidade de Pares: 4. Cruzeta. Núcleo: Pares reunidos formando o núcleo do cabo. Construção: U/UTP. Normas: ANSI/TIA-568.2-D (CM); ISO/IEC 11801; UL 444; ABNT NBR 14703; ABNT NBR 14705; ABNT NBR 14565. Certificações: ETL Verified CM 3154906CRT-001c; Anatel 01145-04-00256. Garantia: 12 meses.	407815	UND	50	787,26	39.363,00
46	CABO REDE COMPUTADOR / CABO DE REDE ETHERNET F/UTP - Descrição: Cabo para transmissão de dados GigaLan Categoria 6 dupla capa blindado, para uso interno/externo; Medida: 305m; Suporta: ATM-155 (UTP), AF-PHY-OO15.000 e AF-PHY-0018.000; TP-PMD, ANSI X3T9.5; GIGABIT ETHERNET, IEEE 802.3z; 100BASE-TX, IEEE 802.3u; 100BASE-T4, IEEE 802.3u; 100vg AnyLAN, IEEE802.12; 10BASE-T, IEEE802.3; TOKEN RING, IEEE802.5; 3X-AS400, IBM. Categoria: CAT.6; Ambiente de Instalação: Industrial; Compatível com a solução IP67 Cat.6; Ambiente de Operação: Agressivo; Compatibilidade com a linha FIS; Condutor: Fio sólido de cobre eletrolítico nu; Bitola do Condutor: 23AWG; Isolamento: Polietileno de alta densidade com diâmetro nominal 1.0 mm; Par: Condutores isolados reunidos dois a dois, formando o par. Passos de torcimento devem atender os níveis de diafonia previstos e minimizar o deslocamento relativo entre si. Quantidade de Pares: 4; Cruzeta; Núcleo: Pares reunidos formando o núcleo do cabo. Elemento central em material termoplástico para separação dos 4 pares binados; Construção: F/UTP. Normas: ANSI/TIA-568.2-D; ISO/IEC 11801; UL 444; IEC 60332-3-25; ABNT NBR 14705; ABNT NBR 14703; NBR IEC 60529; ANSI/TIA-1005; Certificações:	474228	UND	30	2.278,16	68.344,80

	ETL Verified (LSZH) 3187471CRT-001c; Anatel: 01146-04-00256 / Capa interna PVC; 02047-07-00256 / Capa externa; Garantia: 12 meses.					
47	CABO REDE COMPUTADOR / PATCH CORD CAT 6 0,50M - Compatibilidade: Exceder os limites estabelecidos nas normas para CAT.6; Deve ser fornecido com boot, que garanta o respeito ao raio de curvatura do produto instalado além das tensões inerentes ao processo de instalação; Suporte a IEEE 802.3, 1000 BASE T, 1000 BASE TX, EIA/TIA-854, ANSI-EIA/TIA-862, ATM, Vídeo, Sistemas de Automação Predial e todos os protocolos LAN anteriores; Certificado Anatel; Cobre eletrolítico, flexível, nu, 7 filamentos de diâmetro nominal de 0,20mm. Capa feita de poliolefina ou polietileno para suportar largura de banda de 250 MHz; U/UTP CAT.6; Conectores: RJ-45 em ambas as pontas. Tipo de Cabo: UTP. Revestimento: PVC / CMX. Número de Pares: 4 Pares. Categoria: Cat6. Tamanho: 0,50m. Normas: ANSI/TIA-568.2-D (CM); ISO/IEC 11801; UL 444; ABNT NBR 14703; ABNT NBR 14705; ABNT NBR 14565; Certificações: ETL Verified CM 3154906CRT-001c; Anatel 01145-04-00256. Garantia: 12 meses.	437666	UND	1000	21,25	21.250,00
48	CABO REDE COMPUTADOR / PATCH CORD CAT 6 1,50M - Compatibilidade: Exceder os limites estabelecidos nas normas para CAT.6; Deve ser fornecido com boot, que garanta o respeito ao raio de curvatura do produto instalado além das tensões inerentes ao processo de instalação; Suporte a IEEE 802.3, 1000 BASE T, 1000 BASE TX, EIA/TIA-854, ANSI-EIA/TIA-862, ATM, Vídeo, Sistemas de Automação Predial e protocolos LAN anteriores; Certificado Anatel; Cobre eletrolítico, flexível, nu, formado por 7 filamentos de diâmetro nominal de 0,20mm. Capa feita de poliolefina ou polietileno e pode suportar largura de banda de 250 MHz. U/UTP CAT.6. Conectores: RJ-45 em ambas as pontas. Tipo de Cabo: UTP. Revestimento: PVC / CMX. Número de Pares: 4 Pares. Categoria: Cat6. Tamanho: 1,50m; Normas: ANSI/TIA-568.2-D (CM); ISO/IEC 11801; UL 444; ABNT NBR 14703; ABNT NBR 14705; ABNT NBR 14565; Certificações: ETL Verified CM 3154906CRT-001c; Anatel 01145-04-00256. Garantia: 12 meses.	437666	UND	800	48,45	38.760,00
49	CABO REDE COMPUTADOR / PATCH CORD CAT 6 2,50M - Compatibilidade: Exceder os limites estabelecidos nas normas para CAT.6; Deve ser fornecido com boot, que garanta o respeito ao raio de curvatura do produto instalado além das tensões inerentes ao processo de instalação; Suporte a IEEE 802.3, 1000 BASE T, 1000 BASE TX, EIA/TIA-854, ANSI-EIA/TIA-862, ATM, Vídeo, Sistemas de Automação Predial e protocolos LAN anteriores; Certificado Anatel; Cobre eletrolítico, flexível, nu, formado por 7 filamentos de diâmetro nominal de 0,20 mm. Capa feita de poliolefina ou polietileno e pode suportar largura de banda de 250 MHz. U/UTP CAT.6; Conectores: RJ-45 em ambas as pontas. Tipo de Cabo: UTP. Revestimento: PVC / CMX. Número de Pares: 4 Pares. Categoria: Cat6. Tamanho: 2,50m; Normas: ANSI/TIA-568.2-D (CM); ISO/IEC 11801; UL 444; ABNT NBR 14703; ABNT NBR 14705; ABNT NBR 14565; Certificações: ETL Verified CM 3154906CRT-001c; Anatel 01145-04-00256. Garantia: 12 meses.	437667	UND	800	45,85	36.680,00
50	TELEVISOR - Tela: Plana; Tipo de painel: QLED Ultra HD 4K; Informações gerais: Sistema Operacional Google TV; Google Assistente built-in; Compatível com Google Assistente; Compatível com Alexa; Hand Free Voice control. Áudio: Potência de Áudio 20W; Dolby Atmos; DTS-HD & VIRTUAL-X; Canais: 2; Imagem: Resolução 4K; Resolução de tela: 3840 x 2160; Tamanho de tela: 50"; Aspect Ratio 16:9; Taxa de atualização 60 Hz; Dolby vision Vision Gaming; HDR 10; HDR 10+; Micro Dimming; Conectividade: Bluetooth; Wi-Fi 2.4G/5G; Rede cabeada; Saída áudio digital (ótica); Antena; USB; HDMI 3; CEC; Freesync; eARC; ALLM; VRR.	480490	UND	10	2.786,00	27.860,00

51	PROTETOR CONTRA SURTO TRANSITÓRIO ELÉTRICO POR RAIOS E DESCARGA ATMOSFÉRICA – Protetor contra surto em cabo ethernet com Poe.	431425	UND	100	187,98	18.798,00
52	RÉGUA ELÉTRICA / RÉGUA PDU - Régua de tomadas PDU Gerenciável Snmp; Min: 8 saídas padrão 2P+T hexagonal.	400431	UND	2	1.271,50	2.543,00

Análise crítica dos preços e fontes consultadas

Para a definição do valor estimado da contratação foram utilizados os parâmetros dos incisos I, II, III e V do art. 5º da IN SEGES/ME nº 65/2021, reunidos por intermédio do sistema "Banco de Preços" (www.bancodeprecos.com.br), que é uma ferramenta de pesquisa e comparação de preços praticados pela Administração Pública, baseado em resultados de licitações adjudicadas e/ou homologadas, com algumas funcionalidades adicionais e uma base diversificada de consulta. Essa ferramenta é um sistema privado, utilizado por meio de licença contratada, com usuário e perfil cadastrado com senha de acesso.

Foram priorizadas a consulta aos sistemas oficiais de governo e às contratações similares feitas pela Administração Pública, em conformidade com o artigo 5º, §1º, da IN SEGES/ME nº 65/2021, por meio dos filtros da ferramenta Banco de Preços, que é configurada para atender a essa exigência normativa.

O preço estimado para a contratação considerou o mínimo de três cotações, nos termos do artigo 6º, §5º da IN SEGES/ME nº 65/2021

Após a análise por meio do método da **mediana**, estima-se que o somatório de preços dos itens pretendidos, listados neste Estudo Técnico Preliminar, é de **R\$ 640.960,57 (seiscentos e quarenta mil novecentos e sessenta reais reais e cinquenta e sete centavos)**.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A opção quanto ao parcelamento ou não da solução, deve considerar as vantagens e desvantagens decorrentes da forma escolhida para a natureza do objeto, as etapas referentes à seleção do fornecedor e especificidades inerentes à gestão do contrato como um todo.

Não parcelar solução cujo parcelamento é viável pode levar a diminuição da competição nas licitações por não permitir que empresas especializadas participem da licitação, com consequente aumento dos valores contratados.

O parcelamento da solução é a regra. Sendo, portanto, a opção mais aceitável para a solução visto que possibilitará que mais de um fornecedor seja vencedor do item.

Dessa forma, como o objeto deste estudo é formado por diversos itens, o que permite a ampliação de interessados em participar do certame, a licitação será realizada através de pregão eletrônico com procedimento de registro de preços e adjudicação por item, o que resultará em economia para a administração.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

O Portal de Compras Governamentais define contratações correlatas como aquelas que guardam relação com o objeto principal, interligando-se a essa prestação do serviço, mas que não precisam, necessariamente, ser adquiridas para a completa prestação do objeto principal. Já as contratações interdependentes são aquelas que precisam ser contratadas juntamente com o objeto principal para sua completa prestação.

Desta forma, não foi identificado pela equipe de planejamento, contratações correlatas ou interdependentes referentes ao objeto da contratação em tela.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Esta aquisição está prevista entre os materiais a serem adquiridos conforme o Plano de Aplicação (PAC) para o ano de 2025 da UFDPAr.

Os documentos de governança que regem a Pró Reitoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (PROTIC) - como o Planejamento Estratégico (PE), o Plano de Desenvolvimento da Unidade (PDU) e o Plano de Gestão de Riscos (PGR) - estabelecem objetivos fundamentais que, dentre eles, buscam a melhoria contínua da infraestrutura tecnológica da UFDPAr. Esses documentos mantêm sintonia com as diretrizes do Governo Digital e do PDI, e fortalecem a eficiência operacional. A aquisição dos bens permitirá melhorias nos setores da PROTIC, garantindo o cumprimento da função essencial de suporte à administração e à comunidade acadêmica.

Alinhamento com o PDI da UFDPAr (objetivos institucionais e estratégicos delineados no Quadro 20):

Objetivo Institucional 01 - Oferecer ensino superior de qualidade e desenvolvimento de pesquisa, extensão, tecnologias e inovação nas diversas áreas do conhecimento e concretizando a sua inserção social e regional. Macroprocesso: Sustentação Objetivo Estratégico: Ampliar e consolidar os mecanismos de tecnologia da informação e comunicação. Alinhamento: A modernização e a eficiência dos recursos de TIC são fundamentais para garantir um ensino de qualidade e facilitar a pesquisa e a extensão, promovendo a inserção da UFDPAr na sociedade.

Objetivo Institucional 02 - Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do livre pensamento crítico-reflexivo. Macroprocesso: Sustentação Objetivo Estratégico: Ampliar e consolidar os mecanismos de tecnologia da informação e comunicação. Alinhamento: A infraestrutura de TIC proporciona um ambiente que favorece a criatividade e o debate, essenciais para o desenvolvimento crítico e reflexivo dos alunos.

Objetivo Institucional 03 - Formar profissionais nas diferentes áreas de conhecimento, colaborando na sua formação contínua, tornando-os aptos para sua inserção em setores profissionais e desenvolvimento da ciência, da sociedade civil. Macroprocesso: Sustentação Objetivo Estratégico: Ampliar e consolidar os mecanismos de tecnologia da informação e comunicação. Alinhamento: Equipamentos modernos garantem que os alunos adquiram habilidades práticas relevantes, preparando-os para o mercado de trabalho e para contribuir com a sociedade.

Objetivo Institucional 04 - Incentivar a investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura. Macroprocesso: Sustentação Objetivo Estratégico: Ampliar e consolidar os mecanismos de tecnologia da informação e comunicação. Alinhamento: A aquisição de novas tecnologias apoia a realização de pesquisas e projetos inovadores, contribuindo para o avanço do conhecimento.

Objetivo Institucional 05 - Estimular diferentes formas de divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade. Macroprocesso: Sustentação Objetivo Estratégico: Ampliar e consolidar os mecanismos de tecnologia da informação e comunicação. Alinhamento: Com uma infraestrutura TIC adequada, a UFDPAr pode expandir suas capacidades de comunicação e divulgação, atingindo um público mais amplo.

Objetivo Institucional 06 - Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional. Macroprocesso: Sustentação Objetivo Estratégico: Ampliar e consolidar os mecanismos de tecnologia da informação e comunicação. Alinhamento: A modernização dos recursos de TIC promove oportunidades de aprendizado contínuo, incentivando a formação de profissionais atualizados.

Objetivo Institucional 07 - Fomentar a integração ensino-serviço-comunidade. Macroprocesso: Sustentação Objetivo Estratégico: Aprimorar a comunicação Institucional integrada. Alinhamento: A infraestrutura tecnológica facilita a criação de projetos que conectam a universidade à comunidade, permitindo que os alunos participem de ações que abordem problemas sociais reais.

Objetivo Institucional 08 - Promover a extensão com inserção social, diálogo de saberes e construção de conhecimentos. Macroprocesso: Sustentação Objetivo Estratégico: Ampliar e consolidar os mecanismos de tecnologia da informação e comunicação. Alinhamento: Tecnologias adequadas são essenciais para desenvolver programas de extensão que promovam a troca de conhecimentos entre a universidade e a comunidade.

Objetivo Institucional 09 - Atuar em consonância com a universalização e o fortalecimento da Educação Básica. Macroprocesso: Sustentação Objetivo Estratégico: Ampliar e consolidar os mecanismos de tecnologia da informação e comunicação. Alinhamento: A UFDPAr pode utilizar novas tecnologias para apoiar a formação de educadores e promover iniciativas que articulem diferentes níveis de ensino.

Objetivo Institucional 10 - Apoiar a criação, atração, implantação e a consolidação de ambientes promotores de pesquisa e inovação. Macroprocesso: Sustentação Objetivo Estratégico: Ampliar e consolidar os mecanismos de tecnologia da informação e comunicação. Alinhamento: A aquisição de equipamentos e insumos de TIC é fundamental para estabelecer um ambiente propício à pesquisa e à inovação, colaborando com o setor público e a sociedade civil.

Objetivo Institucional 11 - Estimular a internacionalização e universalização do conhecimento sustentável e colaborativo. Macroprocesso: Sustentação Objetivo Estratégico: Ampliar e consolidar os mecanismos de tecnologia da informação e comunicação. Alinhamento: Com uma infraestrutura tecnológica adequada, a UFDPar pode fortalecer suas parcerias internacionais, promovendo o intercâmbio de conhecimento e colaboração em projetos inovadores.

Alinhamento com o Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS):

Deverão ser considerados também os seguintes princípios e diretrizes do Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) da UFDPar, aprovado pela Resolução CONSUNI Nº 87, de 05 de setembro de 2024, que, junto com os demais planos institucionais (PDI, PDTIC e Plano de Contratações Anual), alinham-se aos instrumentos normativos federais, demonstrando o compromisso da instituição com a responsabilidade ambiental:

PD04 - Observar e incentivar o princípio do desenvolvimento nacional sustentável nas licitações e contratos.

PD05 - Considerar o ciclo de vida do objeto e os custos indiretos na avaliação da proposta mais vantajosa para a administração.

PD08 - Priorizar, nas aquisições e contratações governamentais, produtos reciclados e recicláveis, bem como bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Pretende-se proporcionar a continuidade das atividades administrativas desempenhadas pela PROTIC, visando a manutenção de um ambiente seguro, confortável e adequado às atividades laborais a todo o corpo funcional e demais usuários da UFDPar, mantendo os computadores e as instalações em perfeito estado de funcionamento.

Desta forma, a instituição poderá cumprir seu dever institucional, com eficiência e eficácia, oferecendo à sociedade um serviço de qualidade reconhecida, com o melhor aproveitamento possível dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive, observando-se as políticas de responsabilidade ambiental adotadas por esta UFDPar, enfim primando pelo interesse público.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A Comissão de Planejamento da Contratação, após a análise junto aos setores requisitantes, confirmou que inexistem riscos ambientais decorrentes dessa aquisição, visto que os cuidados com os resíduos e descartes das embalagens serão observados pelos setores responsáveis, além das exigências do item **Descrição dos Requisitos da Contratação** quanto aos critérios de sustentabilidade.

15. Providências a serem Adotadas

A Comissão de Planejamento da Contratação, após a análise junto aos setores requisitantes, confirmou que já foram adotadas todas as medidas administrativas e de sistemas de controle indispensáveis ao perfeito e efetivo fornecimento dos produtos a serem adquiridos. Desta forma, considerando o escopo da contratação, não haverá necessidade de adequações físicas para o fornecimento dos produtos/materiais.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

A Comissão de Planejamento da Contratação demonstrou ser viável do ponto de vista ambiental, técnico e econômico e social, cuja conclusão advinda passa a ser assim exposta:

Da viabilidade ambiental - Os produtos a serem adquiridos possuem baixo impacto ambiental desde que o fornecedor atenda todos os requisitos legais de sustentabilidade ambiental, cujas exigências estão estabelecidas nos requisitos da contratação e nos objetivos a serem alcançados;

Da viabilidade técnica - Os produtos a serem adquiridos possuem natureza de bens comuns, visto que as especificações para o seu fornecimento estão objetivamente definidas neste Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência, seguindo padrões usuais do mercado e comumente utilizados pela Administração Pública Federal. Há no mercado fornecedores locais, regionais e nacionais para o atendimento da demanda, não apresentando qualquer dificuldade para a realização do certame licitatório. Por outro lado, procurou-se estabelecer exigências nas especificações dos produtos que assegurem a qualidade sem, contudo, restringir a competitividade ou favorecer fornecedor específico mediante exigências excessivas que em nada se relacionem com a qualidade e com o nível de desempenho dos produtos a serem adquiridos;

Da viabilidade econômica - Adotou-se como referência aquisições similares realizadas por outros órgãos da Administração Pública, garantindo assim a definição da estimativa dos valores dos bens em consonância com os valores de mercado;

Da viabilidade social - A contratação atenderá ao interesse público mediante o cumprimento de todas as obrigações das partes contratantes, o que aumentará o respeito e a confiabilidade nas contratações públicas da UFDPAr.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Portaria PRAD/UFDPAr nº 76, de 20 de agosto de 2024

LEONARDO COSTA E SILVA

Membro da comissão de contratação

Despacho: Portaria PRAD/UFDPAr nº 76, de 20 de agosto de 2024

ROBERTA ROZIMEIRE BARSANULFO DE FREITAS VIANA

Membro da comissão de contratação

Despacho: Portaria PRAD/UFDPAr nº 76, de 20 de agosto de 2024

LUIS FERNANDO BRAUNA DE MEIRELES

Membro da comissão de contratação



DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS Nº 1/2025 - SECSTI (11.09.01)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 06/06/2025 17:15)

LEONARDO COSTA E SILVA

COORDENADOR(A) - TITULAR

CPPGTIC (11.09.03)

Matrícula: ###649#5

(Assinado digitalmente em 06/06/2025 17:38)

LUIS FERNANDO BRAUNA DE MEIRELES

COORDENADOR(A) - TITULAR

CISI (11.09.02.03)

Matrícula: ###990#7

(Assinado digitalmente em 07/06/2025 07:24)

ROBERTA ROZIMEIRE BARSANULFO DE FREITAS

VIANA

COORDENADOR(A) - TITULAR

CC (11.01.02.01)

Matrícula: ###569#4

(Assinado digitalmente em 06/06/2025 18:12)

SILMAR SILVA TEIXEIRA

PRO-REITOR(A) - TITULAR

PROTIC (11.09)

Matrícula: ###924#5

Visualize o documento original em <https://sipac.ufdpar.edu.br/documentos/> informando seu número: **1**, ano: **2025**, tipo: **DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS**, data de emissão: **06/06/2025** e o código de verificação: **aa8e84dcf7**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
Coordenadoria de Licitação**

**ANEXO II - TERMO DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
AQUISIÇÕES – LICITAÇÃO**

(Processo Administrativo nº 23855.003404/2023-53)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE FAZEM
ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO
(A)
E

Universidade Federal do Delta do Parnaíba – UFDPAr, com sede no(a) Av. São Sebastião, 2819, Bairro de Fátima, CEP 64.202-020, na cidade de Parnaíba/Estado PI, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 33.519.114/0001-00, neste ato representado(a) pelo(a) Reitor, Sr. JOÃO PAULO SALES MACEDO, nomeado(a) pelo DECRETO DE 23 DE JANEIRO DE 2024 publicada no DOU de 24 de Janeiro de 2024, portador da Matrícula Funcional nº 1774313 (Siape), doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por, conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 23855.003404/2023-53 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico SRP nº 90003/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de Aquisição de equipamentos, ferramentas e insumos para atender às necessidades da Coordenadoria de Comunicação Institucional (CCI) e demais setores da Pró-Reitoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (PROTIC) da UFDPAr, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.



1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
...						
TOTAL DA CONTRATAÇÃO						

Obs.: Será reproduzido o Resultado por fornecedor.

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, contados do(a) assinatura do instrumento contratual, prorrogável por até **10 (dez) anos**, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.

2.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

2.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R\$ (...).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.



5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 03/04/2025.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice **IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo** de correção monetária, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.



8.1.8.1. A Administração terá o prazo de até **30 (trinta) dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de até **30 (trinta) dias**.

8.1.10. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.1.12. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.12.1. que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.1.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas** que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes execução ou dos materiais empregados;

9.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

- 9.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 9.1.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.1.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));
- 9.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));
- 9.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 9.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 9.1.17. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.1.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

10. CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

- 10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) der causa à inexecução total do contrato;
 - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- iv. **Multa:**
 - 1. Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor global adjudicado do contrato por ocorrência de irregularidade de inexecução parcial da obrigação assumida, configurada pelo cumprimento parcial de qualquer cláusula contratual que exponha ao risco à qualidade do objeto contratado, aos usuários, aos funcionários da contratada, aos servidores públicos ou ao patrimônio público, até o limite de 10%;
 - 2. Multa de 1% (um por cento) do valor global adjudicado do contrato por ocorrência de irregularidade de inexecução parcial da obrigação assumida, configurada pelo cumprimento parcial de qualquer cláusula contratual que cause danos à qualidade do objeto contratado, aos usuários, aos funcionários da contratada, aos servidores públicos ou ao patrimônio público, até o limite de 15%.
 - 3. Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor global adjudicado do contrato por ocorrência de irregularidade acrescida de mais 0,07% (sete centésimos por cento) do valor global adjudicado por dia de manutenção do transtorno à prestação do serviço contados a partir do segundo dia, por atraso na execução do serviço.
 - 4. Multa de 10% (dez por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
 - 5. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias** úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **10 (dez) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.



11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.



12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício.

13.2. A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.

13.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de **25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de **01 (um) mês** (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na



Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Parnaíba-PI, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Parnaíba-PI, [dia] de [mês] de 2025.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
Coordenadoria de Licitação**

ANEXO III

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2025**

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º/.....

(Processo Administrativo nº 23855.003404/2023-53)

A UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA - UFDPAR, com sede no(a) . Av. São Sebastião, 2819, Bairro de Fátima, Parnaíba-PI, CEP 64.202-020, na cidade de Parnaíba-PI, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (*cargo e nome*), nomeado(a) pela Portaria nº de de de 202..., publicada no de de de, portador da matrícula funcional nº, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., publicada no de/...../202....., processo administrativo n.º . 23855.003404/2023-53, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de Aquisição de equipamentos, ferramentas e insumos para atender às necessidades da Coordenadoria de Comunicação Institucional (CCI) e demais setores da Pró-Reitoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (PROTIC), especificado(s) no(s) Termo de Referência, anexo I do edital de Licitação nº. 90003/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

It	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)
----	--



**UNIVERSIDADE
FEDERAL DO DELTA
DO PARNAÍBA**

Av. São Sebastião, 2819, B-Fátima, CEP 64.202-020 Parnaíba-PI
Coordenadoria de Licitação. Fone: (86) 9.9449-5837
e-mail: prad.da.cl@ufdpar.edu.br

Página 1 de 8

m do TR								
X	Especificaç ão	<i>Marca (se exigida no edital)</i>	<i>Modelo (se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade e Máxima	Quantida de Mínima	Valo r Un	<i>Prazo garanti a ou validad e</i>

OBS.: Será reproduzido o Resultado por fornecedor.

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será e a UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA – UFDPAr, UASG 156680.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.



4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de **01 (um) ano**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.



5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;



6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

6.2 Nos atos processuais observarão:

6.2.1. A solicitação de abertura de processo administrativo poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail <protocolo@ufdpar.edu.br>, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Av. São Sebastião, 2819, Bairro de Fátima, Parnaíba-PI, CEP 64.202-020, setor Protocolo da UFDPar;

6.2.2. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro quando o preço de mercado se tornar superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata de registro de preços, deverá ser formulado pelo fornecedor durante a vigência da ata de registro de preços e antes de eventuação, caso tenha sido admitida no Edital/Aviso de Contratação e seus anexos, e submetido à Administração.

6.2.3. Os procedimentos para concessão do equilíbrio econômico-financeiro, além do pedido de alteração/atualização de preço(s) registrado(s), exigirá no processo administrativo observar aos riscos da contratação respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato, e deverá conter os documentos apresentados pelo fornecedor:

I - planilha comparativa do custo dos itens constantes da proposta apresentada demonstrando os preços praticados à época da contratação em relação aos preços que precisam ser revistos;

II - comprovação que fundamente a força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou decorrentes de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato;

§ 1º - A verificação dessas informações apresentadas pelo fornecedor não afasta a responsabilidade da Administração em conferir o(a)s os elementos do processo.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração



do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.



9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- 9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- 9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- 9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
- 9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- 9.4.1. Por razão de interesse público;
- 9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

- 10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.



Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
Coordenadoria de Licitação**

ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

**MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2025**

(Processo Administrativo nº 23855.003404/2023-53)

Local, ____ de _____ de 20 ____.

**À UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA
Referente: Edital de Pregão Eletrônico nº 90003/2025**

Prezado(s) Senhor(es),

As planilhas de quantitativos e custos conterão as descrições que comporão a solução proposta, incluindo as respectivas quantidades, unidades, preços unitários e totais gerais, expressos em reais (R\$).

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	MARCA	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

VALOR TOTAL por extenso:

a) APRESENTAMOS A PRESENTE PROPOSTA COMERCIAL À UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA relativamente à prestação de serviços, objeto do Pregão Eletrônico nº 90003/2025, conforme especificações técnicas descritas no ANEXO I (Termo de Referência), pela qual **declaramos pleno conhecimento e total concordância com os termos do Edital respectivo**, bem assim com as condições estabelecidas para a contratação.

b) Compreendemos, na íntegra, o Edital supramencionado e **afirmamos que nossa proposta é perfeitamente exequível aos preços finais que ofertarmos nesta licitação**, bem assim que temos plenas condições de executar o objeto licitado, manifestando **total concordância em realizá-lo conforme disposto no Edital**, respeitando especificações, requisitos, prazos e condições do fornecimento, bem como cumprimos os respectivos critérios de aceitação e de habilitação da licitação Pregão Eletrônico nº 90003/2025.



c) Esta empresa proponente **cumpr**e plenamente todos os requisitos para habilitação e que, até apresente data, **inexistem fatos impeditivos para sua habilitação** no presente processo licitatório, estando ciente e compromissada na obrigação de declarar ocorrências posteriores.

d) Esta empresa **não mantém nenhum vínculo de dependência ou subordinação com quaisquer outras empresas licitantes neste certame**;

e) **Esta empresa se responsabiliza formalmente pelas transações efetuadas em seu nome**, reconhecendo como verdadeiras as propostas, ofertas e demais atos praticados no COMPRAS.GOV.BR, diretamente e/ou por representante, neste certame;

f) **As obrigações que impliquem custos e formação de preços que não fizemos constar desta proposta serão suportadas por nós proponentes**;

g) Todos os cálculos foram feitos com base nos **preços vigentes no mercado**, pelo que ofertamos os valores supracitados.

h) Esta é a proposta que apresentamos à Universidade Federal do Delta do Parnaíba - UFDPAr, pelo qual solicitamos que a tomem como firme e irretratável, na forma do Edital e da legislação aplicável.

i) BANCO: _____ AG: _____ C/C: _____
TITULAR: _____

j) Validade da Proposta: ____ (_____) dias (no mínimo 90 (noventa) dias).

Local, data – carimbo/CNPJ
Assinatura do Representante da Empresa

O representante deverá rubricar em todas as folhas da proposta e assinar a última

